

*Tribunal Regional Eleitoral
do Paraná*

2021

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas





CONTEÚDO

1.	APRESENTAÇÃO.....	3
2.	Informações Gerais – Contexto Operacional	3
3.	Resumo das Políticas Contábeis.....	12
3.1.	Base para a preparação das demonstrações contábeis e notas explicativas.....	12
3.2.	Principais Critérios e Políticas Contábeis.....	13
3.2.1.	Principais critérios contábeis	13
3.2.1.1.	Reconhecimento de Ativos.....	13
3.2.1.2.	Reconhecimento de Passivos.....	15
3.2.1.3.	Reconhecimento de Receitas	16
3.2.1.4.	Reconhecimento de Despesas.....	17
3.2.2.	Principais Mudanças nas Práticas e Procedimentos Contábeis	17
4.	Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis.....	18
5.	Declaração da Contadora	19
6.	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	20
6.1.	Balanço Patrimonial	21
6.2.	Demonstração das Variações Patrimoniais.....	22
6.3.	Balanço Orçamentário.....	23
6.4.	Balanço Financeiro	24
6.5.	Demonstração dos Fluxos de Caixa	25
7.	NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	26
7.1.	BALANÇO PATRIMONIAL	26
7.1.1.	Ativo	26
7.1.2.	Passivo	37
7.1.3.	Patrimônio Líquido	39
7.2.	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	41
7.2.1.	Variações Patrimoniais Aumentativas.....	42
7.2.2.	Variações Patrimoniais Diminutivas	44
8.	OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.....	48



1. APRESENTAÇÃO

A Coordenadoria de Finanças e Contabilidade, subordinada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, responsável pela análise e elaboração das Demonstrações Contábeis, cumpre o seu dever constitucional e normativo de dar transparência à sociedade através do presente Relatório Contábil, o qual é integrante do Relatório de Gestão do Exercício de 2021.

Esta peça procura desenvolver uma análise detalhada das informações contábeis apresentadas naquele relatório. Busca o uso de uma linguagem de fácil entendimento a todos os cidadãos, dos vários segmentos da sociedade em conjunto com o aprimoramento na apresentação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

A cada ano os Demonstrativos se mostram mais próximos de um valor patrimonial justo, na medida em que retratam a adequação às normas contábeis ao tempo em que elas assim exigem. Permanecem refletindo o trabalho desenvolvido por toda a equipe de servidores do Tribunal cujo comprometimento, zelo e atenção com o propósito da instituição, são suporte para que as informações contábeis sejam fidedignas e transparentes.

2. INFORMAÇÕES GERAIS – CONTEXTO OPERACIONAL

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) é um órgão público federal, pertencente a um ramo especializado do Poder Judiciário (Justiça Eleitoral). Sua principal finalidade é organizar e realizar eleições, referendos e plebiscitos no Estado do Paraná, garantindo aos candidatos e eleitores o pleno exercício dos direitos políticos.

Além da sede do Tribunal, localizada na Rua: João Parolin, 224 em Curitiba, capital do Estado, a Justiça Eleitoral do Paraná conta com 186 Zonas Eleitorais, distribuídas em 158 (cento e cinqüenta e oito) municípios. Cada Zona Eleitoral é responsável pelo atendimento de 1 ou mais municípios.

Informações sobre as unidades do Tribunal podem ser obtidas em <https://www.tre-pr.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/enderecos-e-unidades-tre-pr> e sobre as Zonas em <https://www.tre-pr.jus.br/eleitor/zonas-eleitorais/zonas-eleitorais-tre-pr>.

As principais atividades operacionais são: manutenção do cadastro eleitoral atualizado; organização e realização de eleições, referendos e plebiscitos; processamento e julgamento dos pedidos de registro de

O Paraná possui 5,50% de todo eleitorado nacional, sendo o sexto Estado em número de eleitores no país (<https://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/evolucao-do-eleitorado/view>)

candidatura relativos aos cargos de Governador e Vice-Governador, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual, Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador

e das ações relativas às Eleições Gerais e Municipais; processamento e julgamento das Prestações de Contas apresentadas pelos partidos políticos e candidatos; processamento e julgamento dos crimes eleitorais e comuns que lhe forem conexos, ressalvada a competência originária do Tribunal Superior Eleitoral.

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

Composição da Justiça Eleitoral

Tribunal Superior Eleitoral

Tribunais Regionais Eleitorais

Juízes Eleitorais

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) é um órgão público federal, pertencente a um ramo especializado do Poder Judiciário (Justiça Eleitoral). Sua principal finalidade é organizar e realizar eleições, referendos e plebiscitos no Estado do Paraná, garantindo aos candidatos e eleitores o pleno exercício dos direitos políticos.

Além da sede do Tribunal, localizada na capital do Estado, a Justiça Eleitoral do Paraná conta com 186 Zonas Eleitorais, distribuídas em 158 (cento e cinqüenta e oito) municípios. Cada Zona Eleitoral é responsável pelo atendimento de 1 ou mais municípios.

Informações sobre as unidades do Tribunal podem ser obtidas em <https://www.tre-pr.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/enderecos-e-unidades-tre-pr> e sobre as Zonas Eleitorais em <https://www.tre-pr.jus.br/eleitor/zonas-eleitorais/zonas-eleitorais-tre-pr>.



Missão Institucional

Garantir a legitimidade do processo eleitoral e a efetiva prestação jurisdicional, a fim de fortalecer a democracia



Visão Institucional

Ser reconhecida pela excelência quanto à segurança e à transparência do processo eleitoral



Valores

Integridade - Confiabilidade

Inovação - Transparência

Valorização das pessoas

Economicidade - Sustentabilidade

Acessibilidade

PRINCIPAIS NORMAS DE ATUAÇÃO



Regimento Interno do Tribunal – Resolução 792/2017
Regulamento da Secretaria–Resolução 878/2021
<https://www.tre-pr.jus.br/legislacao/regimentos-e-regulamentos-1/regimento-interno/legislacao-administrativa?SearchableText=regimento%20interno>



Código de Ética - Resolução nº 709/2015
Programa de Integridade - Resolução nº 845/2019
<https://www.tre-pr.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/governanca/programa-de-integridade?SearchableText=Programa%20de%20Integridade%20-20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%20845/2019>



Normativos expedidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Tribunal de Contas da União (TCU)

PRINCIPAIS ATIVIDADES

Manutenção do cadastro eleitoral atualizado
Organização e realização de eleições, referendos e plebiscitos
Processamento e julgamento dos pedidos de registro de candidatura relativos aos cargos de Governador e Vice- Governador, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual, Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador e das ações relativas às Eleições Gerais e Municipais
Processamento e julgamento das Prestações de Contas apresentadas pelos partidos políticos e candidatos
Processamento e julgamento dos crimes eleitorais e comuns que lhe forem conexos, ressalvada a competência originária do Tribunal Superior Eleitoral

O Paraná possui 5,50% de todo eleitorado nacional, sendo o sexto Estado em número de eleitores no país (<https://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/evolucao-do-eleitorado/view>)

PRINCIPAIS DESTINÁRIOS



Eleitores

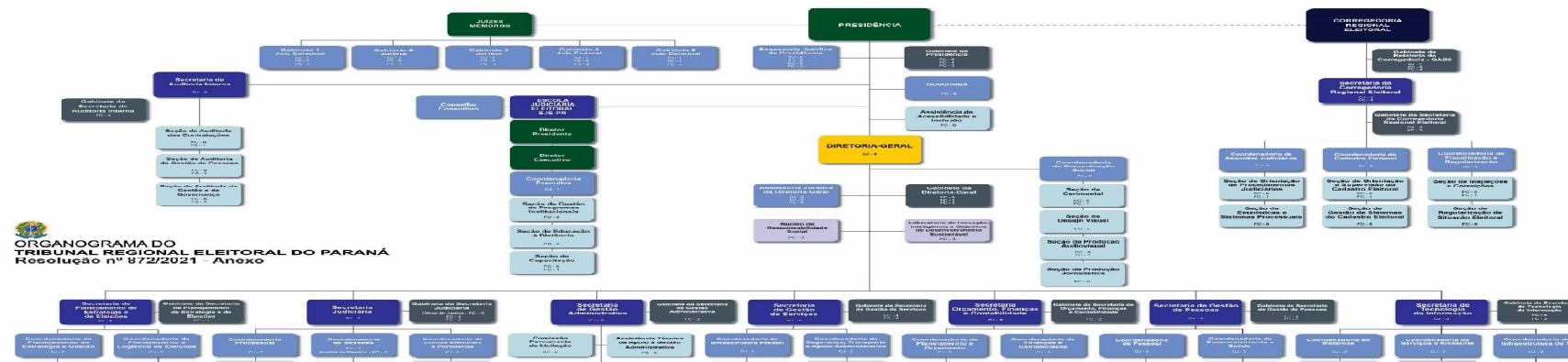


Sociedade



Partidos Políticos

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



❖ Saiba mais em <https://www.tre-pr.jus.br/o-tre/conheca-o-tre-pr/organograma-e-contatos?SearchableText=organograma>



JUSTIÇA ELEITORAL DO PARANÁ EM NÚMEROS

Eleitores	8.075.138
Zonas Eleitorais	186
Seções Eleitorais	25.779
Locais de Votação	4.759
Urnas Eletrônicas	25.686

Partidos Políticos	29 órgãos estaduais
	4.192 órgãos municipais
Pessoas atendidas pela JE	287.366
Servidores	864
Juízes Eleitorais	186
Membros da Corte	07

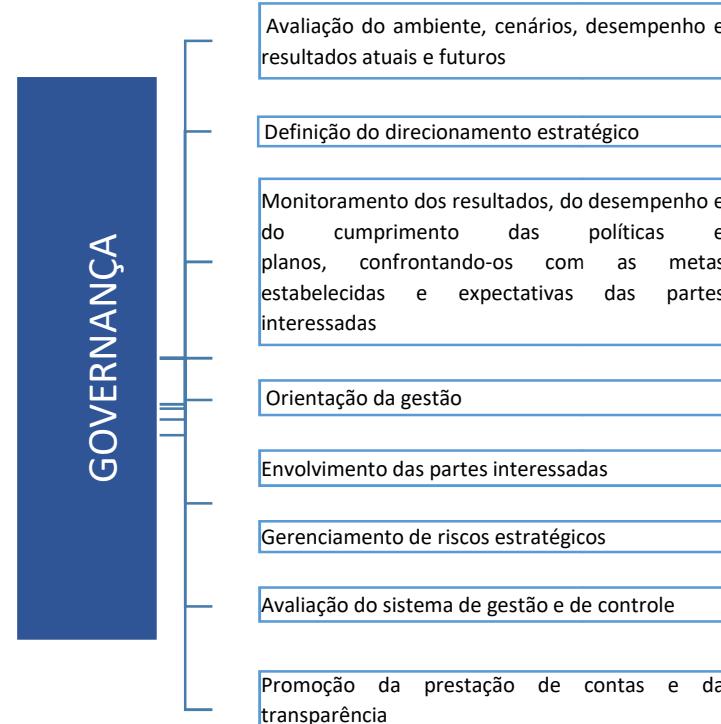
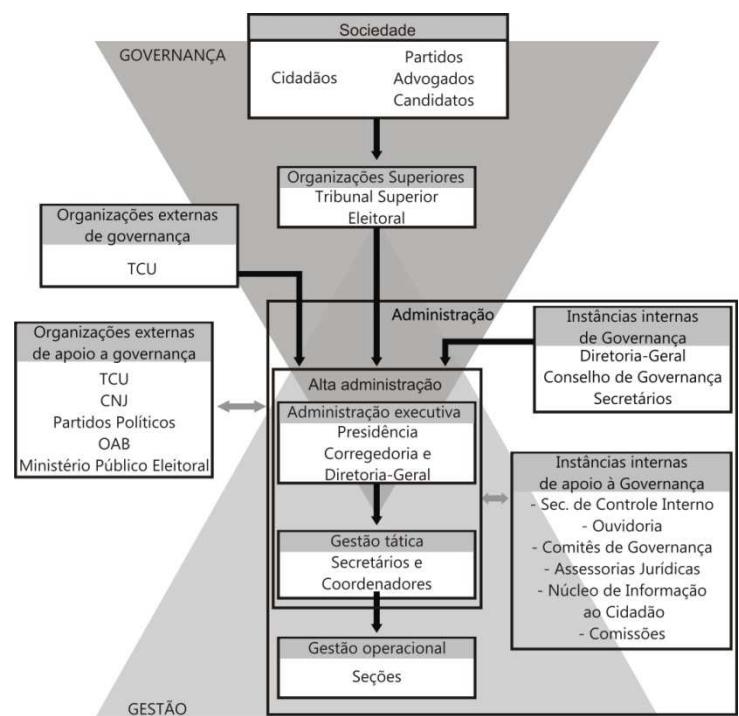
Orçamento Total	R\$ 373.329.869,44
Orçamento Empenhado	R\$ 371.301.392,48
Orçamento Pago	R\$ 364.457.860,52
Inscrição Restos a Pagar	R\$ 6.817.076,89

ESTRUTURA E MODELO DE GOVERNANÇA

A governança tem como objetivo estabelecer mecanismos de liderança, estratégia e controle aptos a direcionar, monitorar e avaliar a atuação da gestão.

Conforme a Resolução TRE-PR nº 876/2021, adotou-se o modelo descentralizado de governança, estruturado em três níveis: Conselho de Governança, Comitês e Comissões.

Saiba mais sobre governança em <https://www.tre-pr.jus.br/transparencia/governanca>.



Modelo de Governança



Conselho de Governança

Compete ao Conselho de Governança avaliar, direcionar e monitorar a gestão da instituição, especialmente quanto ao alcance das metas estabelecidas, bem como deliberar sobre temas estratégicos. As deliberações são tomadas pelo voto da maioria dos seus membros, com voto de qualidade do Presidente em caso de empate



Comissões

São instituídas a critério da administração e responsáveis pela análise de temas específicos, de caráter permanente ou transitório, que não se enquadram nas competências dos Comitês



Comitês

Aos Comitês compete a análise de temas específicos, de caráter permanente, alinhados com as matérias de competência do Conselho de Governança, incumbindo-lhe entre outros, manifestar-se sobre projetos e ações da sua área de atuação; propor ao Conselho de Governança ou Alta Administração o estabelecimento de metas e diretrizes gerais de gestão; definir estratégias para aumentar a produtividade e eficiência; propor normas de funcionamento e de políticas relativas aos seus temas; definir os riscos que serão tratados e mapeados; propor a criação de comissões ou grupos de trabalho; promover a divulgação de boas práticas. Os Comitês pertencentes à Governança estão previstos na Res. TRE/PR 876/2021.

**Conselho de
Governança**

Comitês

Comissões

MODELO DE NEGÓCIO

O modelo de negócio do TRE-PR foi estabelecido a partir de 04 (quatro) eixos de atuação, essenciais para cumprir a missão institucional.

Cadastramento eleitoral Agrupamento de processos de trabalho relacionados à realização de operações de regularização de situação do eleitor, à administração e manutenção do cadastro eleitoral, ao sistema de alistamento eleitoral e à revisão do eleitorado	Processo Eleitoral Agrupamento de processos de trabalho relacionados ao planejamento, execução e monitoramento do processo eleitoral	Judicância Agrupamento de processos de trabalho relacionados ao processamento e julgamento dos feitos judiciais, inclusive aqueles relacionados ao processo eleitoral e à publicação das decisões do Tribunal	Relacionamento com a Sociedade Agrupamento de processos de trabalho relacionados à formação da cidadania, educação, e capacitação, treinamento de auxiliares, orientação e realização de eleições na comunidade contribuindo para o aperfeiçoamento da democracia e promovendo a conscientização política
--	--	---	---

CADEIA DE VALOR

A cadeia de valor, por sua vez, apresenta os macroprocessos de trabalho executados pela instituição que viabilizam as entregas à sociedade e, consequentemente, o

cumprimento da sua missão institucional.

Estes macroprocessos foram categorizados em 03 (três) perspectivas

Processos de Governança Mecanismos de liderança, estratégia e controle utilizados com o intuito de direcionar, monitorar e avaliar a atuação da gestão, visando à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade	Processos finalísticos Atividades essenciais para o cumprimento da missão institucional (gestão do cadastro eleitoral, eleições, prestação jurisdicional, educação e cidadania). Representam os serviços ou valores entregues ao cliente externo e recebem apoio de processos internos	Processo de suporte Asseguram a infraestrutura necessária para realização das atividades do órgão e prestam suporte aos processos principais e aos gerenciais (gestão administrativa, de serviços, orçamentária contábil e financeira, de pessoas, de tecnologia e informação)
--	--	--

RELAÇÃO COM AMBIENTE EXTERNO E A SOCIEDADE

O TRE-PR é diretamente subordinado ao Tribunal Superior Eleitoral, que estabelece as diretrizes a serem observadas por todos os órgãos pertencentes à Justiça Eleitoral Brasileira. Sua atuação ainda é influenciada pelo Conselho Nacional de Justiça, instituição à qual compete o controle da atuação administrativa e financeira de todo o Poder Judiciário, principalmente no que diz respeito à transparência.

Mecanismos de Transparência

Com o intuito de disponibilizar à sociedade informações sobre sua atuação, o TRE-PR mantém atualizado o Portal Transparência e Prestação de Contas – (<https://www.tre-pr.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas>).

Desde 2019 o Tribunal transmite as sessões de julgamento ao vivo, por meio do canal YouTube (<https://www.youtube.com/user/treparana>).

Ranking da Transparência do Poder Judiciário

Instituído pela [Resolução CNJ nº 260/2018](#), é realizado anualmente e busca valorizar os Tribunais que se destacaram quanto ao fornecimento de informações claras e organizadas.

Em 2021 o TRE-PR cumpriu 91,75% dos itens relativos à transparência ativa e passiva.

Saiba mais em

<https://www.cnj.jus.br/ranking-da-transparencia-2020/>

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Políticas contábeis são os princípios, bases, convenções, regras e procedimentos específicos aplicados pela entidade na elaboração e na apresentação de demonstrações contábeis.

3.1. Base para a preparação das demonstrações contábeis e notas explicativas

A contabilidade tem como objetivo a geração de informações de qualidade capazes de satisfazer os usuários no processo de tomada de decisão. No caso da contabilidade aplicada ao setor público, esse objetivo vai além e está intimamente ligado ao conceito *accountability* - prestação de contas e responsabilização, daqueles que administram o patrimônio público.

As demonstrações contábeis são a representação estruturada da situação patrimonial, financeira e do desempenho da entidade. No setor público devem proporcionar informação útil para subsidiar a tomada de decisão e a prestação de contas e responsabilização da entidade quanto aos recursos que lhe foram confiados, fornecendo informações sobre as fontes, as alocações e os usos de recursos financeiros, de como a entidade financiou suas atividades e como supriu suas necessidades de caixa. Também são úteis na avaliação da capacidade de a entidade financiar suas atividades e cumprir com suas obrigações e compromissos.

As demonstrações contábeis são organizadas e elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001, e da Lei Complementar nº 101/2000.

Os procedimentos adotados na formação de valor das demonstrações contábeis orientam-se pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Mcasp 8ª Edição, no Plano de Contas da União – Pcap, nos Manuais disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, as chamadas Macrofunções, Portarias expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional e/ou pela Secretaria de Orçamento e Finanças, Orientações da Setorial Contábil do TSE. São executados com zelo e cautela necessários objetivando assegurar a integridade, fidedignidade e confiabilidade das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

As demonstrações contábeis exigidas para o TRE-PR são:

- Balanço Orçamentário: Compara os valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento.
- Balanço Financeiro: evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra-orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.
- Balanço Patrimonial: evidencia os ativos e passivos do órgão.
- Demonstração das Variações Patrimoniais: demonstra o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).

3.2. Principais Critérios e Políticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade com os Princípios Contábeis, a Lei nº 4.320/64, Lei Complementar nº101/2000, Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCTSP e outras normas (leis, decretos e portarias) vigentes e seguindo as diretrizes contábeis e orçamentárias estabelecidas no Manual de Contabilidade 8ª edição.

As práticas contábeis adotadas estão estruturadas, organizadas e escrituradas tendo como base o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP Federação, que estabelece os conceitos básicos, as regras para registros dos atos e fatos, a estrutura contábil padronizada e é aplicado a todos os Tribunais Eleitoras.

3.2.1. Principais critérios contábeis

Quando mais de uma base de mensuração é utilizada na elaboração das demonstrações, se faz necessário o esclarecimento dos critérios e o julgamento de suas aplicações quando os montantes afetam as demonstrações.

3.2.1.1. Reconhecimento de Ativos

Os Ativos são classificados em CIRCULANTE e NÃO CIRCULANTE de acordo com a expectativa de realização e são reconhecidos como Ativos os recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. Os aspectos de reconhecimento e mensuração estão em conformidade com o disposto na NBC TSP Estrutura Conceitual (Conceptual Framework) e as demais NBC TSP aprovadas e publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

- Disponibilidades: são mensuradas pelo valor original, em moeda nacional.
- Créditos e valores a receber: são mensuradas pelo valor original, em moeda nacional. Os valores a receber referente ao adiantamento de auxílio alimentação são reconhecidos como despesa pelo regime de competência.
- Estoques: são ativos na forma de materiais ou suprimentos que serão consumidos ou empregados nos serviços técnicos e administrativos antes, durante e após o período eleitoral. São controlados pela Seção de Gestão de Material de Consumo – SGMC. Os registros de entrada são efetuados no sistema Asiweb pelo seu valor original de aquisição e incluem todos os custos incorridos para trazê-los em ao local e condições idéias de utilização. As saídas são registradas pelo método do custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei nº. 4.320/64 e NBC TSP 04.
- Despesas pagas antecipadamente: Os valores pagos antecipadamente com a aquisição assinaturas de jornais, revistas, periódicos, contratação de seguros para veículos e imóveis e contratação de serviços técnicos de tecnologia da informação e subscrição de sistemas, são registrados observando os princípios da competência e oportunidade por seu valor original. Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos de despesas antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço ao TRE ocorrerão durante o exercício de 2022. Serão reconhecidas por procedimento automático do sistema Siafi à medida que incorridas tendo como base as

informações imputadas em cronograma de realização de despesas na apropriação das notas fiscais.

- **Imobilizado:** é o item tangível que é mantido para o uso administrativo cuja utilização se dá por mais de um exercício. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, ou o valor da construção. Suas atualizações decorrem de: ajustes de depreciação, amortização e reavaliação conforme a característica do bem. O valor líquido contábil do imobilizado é o valor do bem registrado na Contabilidade, em determinada data, deduzido da correspondente depreciação ou amortização. Os registros contábeis estão sistematizados pelo que determina a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP) – 07 – Ativo Imobilizado.
 - Bens Móveis: Compreende os bens que têm existência material e podem ser transportados por movimento próprio ou removidos sem alteração da sua característica inicial e destinação econômica. O registro inicial é efetuado pelo preço de aquisição acrescido de tributos não recuperáveis e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocá-lo em funcionamento. São depreciados mensalmente em percentuais sobre valores compatíveis com a vida útil do bem. No ano de 2021 houve a atualização do valor patrimonial das urnas eletrônicas em conformidade aos valores apresentados no Ofício-Circular GAB-DG nº 110/2021 expedido pelo TSE, com vistas à equiparação, nos TRE's, da base de cálculo da depreciação mensal.
 - Bens Imóveis: Compreende os bens vinculados ao terreno (solo) que não podem ser retirados do local sem alteração de sua característica inicial. Os bens imóveis do ativo imobilizado dividem-se em duas categorias:
 - 1) Registrados no Spiunet: tiveram o cadastramento inicial realizado pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) a qual não se aproveita do custo efetivo da construção da obra por utilizar parâmetros próprios de avaliação e análise de preço em seus registros. A reavaliação ou atualização dos valores destes imóveis é realizada a partir do sistema Spiunet mediante o preenchimento de informações pela Coordenadoria de Material e Patrimônio com base nos parâmetros de mercado e do sistema.
 - 2) Não registrados no Spiunet: estão demonstrados pelo custo histórico efetivo da construção da obra.
- **Depreciação:** É a perda de valor de um bem decorrente de seu uso, do desgaste natural ou de sua obsolescência. A metodologia de cálculo da depreciação é das quotas constantes, calculadas sobre valores compatíveis com a vida útil do bem, em percentuais aplicados uniformemente. É reconhecida no resultado como variação patrimonial diminutiva, e, no Balanço Patrimonial, representada em conta redutora do ativo não-circulante.
A depreciação dos bens móveis é calculada pelo sistema Asiweb cujos valores são lançados no sistema Siafi pela Seção de Gestão do Patrimônio. A depreciação dos bens móveis é calculada pelo sistema Asiweb conforme o método de cotas constantes. A vida útil econômica e o valor residual utilizado para os bens são os constantes na tabela da Macrofunção SIAFI 02.03.30 – Depreciação, amortização e exaustão. Há exceção para as urnas eletrônicas cujo índice foi determinado pela Coordenadoria de Patrimônio do Tribunal Superior Eleitoral – TSE a qual determinou que a vida útil das urnas é de 10 anos com residual de valor de 10%, portanto o percentual de taxa da depreciação é de 10% calculados sobre 90% do valor de aquisição.

Já a depreciação dos bens imóveis é calculada mensalmente pela Secretaria do Patrimônio da União a qual disponibiliza planilha de valores para a Coordenadoria de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional – CCONT/STN efetuar o registro no Siafi.

- **Intangíveis**: É um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. O registro inicial é efetuado pelo preço de aquisição acrescido de tributos não recuperáveis e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocá-lo em funcionamento. São amortizados mensalmente em percentuais sobre valores compatíveis com a vida útil do bem e não lhes são atribuídos valores residuais. No Tribunal Regional Eleitoral do Paraná são adquiridos apenas intangíveis na categoria “Softwares”. Classificam-se em:
 - 1) Vida útil indefinida: Atribui-se vida útil indefinida a um intangível quando não existe um limite previsível para o período de tempo que poderá ser utilizado. O termo “indefinida” não significa “infinita”. A indicação se os softwares adquiridos têm vida útil indefinida é de responsabilidade da área técnica de informática e/ou do gestor do contrato de aquisição do software;
 - 2) Vida útil definida: Atribui-se vida definida o período de tempo ao qual o software poderá ser utilizado. A indicação da vida útil é de responsabilidade da área técnica de informática e/ou do gestor do contrato de aquisição do software. Os intangíveis assim classificados são amortizados mensalmente com percentual definido em função do tempo de utilização.
- **Amortização**: É a alocação sistemática do valor amortizável do ativo intangível ao longo da sua vida útil. Para os ativos classificados com vida útil definida iniciam-se a partir do momento em que o bem está disponível para uso e cessa na data em que estiver totalmente amortizado pois não há valor residual. O valor é calculado mensalmente pelo sistema ASIWeb e registrado no Siafi pela Seção de Gestão do Patrimônio. É reconhecida no resultado em conta de variação patrimonial diminutiva em contrapartida a uma conta retificadora do ativo intangível.

3.2.1.2. Reconhecimento de Passivos

A classificação se dá pela exigibilidade das obrigações, sendo dividido em Circulante e Não Circulante. Passivos, são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.

- **Passivos circulantes**: são obrigações derivadas de contrato de serviços e/ou materiais e de valores relativos à folha de pagamento dos servidores ativos, inativos, pensionistas, removidos, requisitados e magistrados. São reconhecidos pelo regime de competência, com base de mensuração pelo seu valor histórico.
- **Gratificação natalina**: corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês ou fração superior a 15 (quinze) dias de exercício no respectivo ano. Os duodécimos de gratificação natalina são apropriados mensalmente, por competência obedecendo as orientações contidas na Macrofunção 02.11.42 – Folha de Pagamento e a Orientação Sof/TSE nº 10/2018. A base de valores para os registros advém de relatório, denominado SGRH, emitido pela Seção de Folha de Pagamento.

- **Férias:** período de descanso anual que deve ser concedido ao servidor pelo período de 30 dias consecutivos, ou não. Apenas no primeiro ano de efetivo exercício o servidor está condicionado ao cumprimento do chamado “período aquisitivo” de 12 meses. Decorrido este tempo o servidor pode solicitar suas férias a partir do primeiro dia útil de janeiro do ano corrente. Conforme determina a Constituição Federal, o servidor faz jus ao adicional de 1/3 de sua remuneração a título de abono de férias. A remuneração do servidor, no período em que usufrui férias, não tem rubrica, natureza de despesa e variação patrimonial diminutiva específica, impossibilitando a separação da remuneração dos servidores em atividade daqueles em gozo de férias. Para tanto a Macrofunção Macrofunção 02.11.42 – Folha de Pagamento e a Orientação Sof/TSE nº 10/2018, estabelecem as regras para a determinação destes valores. Os duodécimos de férias acrescidos de 1/3 são apropriados mensalmente, por competência, obedecendo as orientações contidas na Macrofunção 02.11.42 – Folha de Pagamento e a Orientação Sof/TSE nº 10/2018. A base de valores para os registros advém de relatório, denominado SGRH, emitido pela Seção de Folha de Pagamento.
- **Passivo anterior:** refere-se a uma despesa não processada em época própria. Seu reconhecimento é oriundo desse não processamento e se caracteriza por não possuir dotação orçamentária. Dependem de autorização expressa do Ordenador de Despesas para seu registro contábil. São lançadas em conta de passivo indicador de superávit financeiro igual a “permanente” - ISF P em contrapartida a Ajustes de Exercícios Anteriores. A despesa se concretiza somente após comprovada e com suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la. É vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida autorização e disponibilidade. No momento da execução da despesa orçamentária, o empenho é emitido com acionamento do comando “passivo anterior Sim”. Neste momento o saldo do passivo anterior será baixado em contrapartida a um passivo com ISF F. As regras específicas dos registros estão contempladas na Macrofunção Siafi – 02.11.40 – Reconhecimento de Passivos.
- **Ajustes de Exercícios Anteriores:** são registros efetuados no grupo do Patrimônio Líquido em decorrência de efeitos da mudança de política contábil, retificação de erro imputável a exercícios anteriores que não possam ser atribuídos a fatos subseqüentes. As políticas contábeis são os princípios, as bases, as convenções, as regras e as práticas específicas aplicados na apresentação de demonstrações contábeis. Os erros de períodos anteriores são omissões e incorreções nas demonstrações contábeis de um ou mais períodos anteriores decorrentes da falta de uso, ou uso incorreto, de informação confiável que: a) estava disponível quando da autorização para a publicação das demonstrações contábeis desses períodos; e b) pudesse ter sido obtida com relativa facilidade e levada em consideração na elaboração e na apresentação dessas demonstrações contábeis. As regras específicas dos registros estão contempladas na Macrofunção Siafi – 02.11.41 – Ajustes de Exercícios Anteriores.

3.2.1.3. Reconhecimento de Receitas

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná não tem fonte própria de receita. Suas despesas são liquidadas utilizando-se de sub-repasses financeiros efetuados mensalmente pelo Tribunal Superior Eleitoral.

As receitas advindas de recolhimento de multas eleitorais sejam por eleitores e/ou partidos políticos são registradas em conta específica e por procedimento automático, imediatamente, repassados ao Fundo Partidário tendo em vista a regra previamente estabelecida no sistema SIAFI. Portanto possuem registros na contabilidade, mas não se somam às disponibilidades do órgão.

3.2.1.4. Reconhecimento de Despesas

As Despesas são escrituradas e registradas sob dois aspectos:

- aspecto patrimonial: se utiliza como critério para o reconhecimento das despesas o impacto da situação líquida patrimonial, sendo efetiva aquela despesa que altera a situação líquida do patrimônio, diminuindo-o como é o caso das despesas correntes ou despesa para fins contábeis, baseado no princípio contábil da Competência e Oportunidade. E não efetiva aquela despesa que não altera a situação líquida patrimonial a exemplo de despesas que representam a incorporação de um Ativo como é o caso das despesas de capital.
- aspecto orçamentário: o critério de escrituração e registro das despesas ou dispêndios orçamentários, como são chamados, obedece ao art. 35 II da Lei nº. 4.320/64: Pertencem ao Exercício Financeiro: II - As despesas nele empenhadas.

Restos a Pagar (RP): Sob o aspecto orçamentário o ato de emissão do empenho constitui a despesa orçamentária gerando os registros contábeis correspondentes para o seu reconhecimento. Para efeito do encerramento do exercício financeiro é considerada a definição de pertencimento ao exercício de competência da despesa para apropriação e classificação da despesa, identificando as regras que estabelecem a apuração das despesas que serão pagas no exercício seguinte.

3.2.2. Principais Mudanças nas Práticas e Procedimentos Contábeis

Durante o ano de 2021 houve continuidade nas ações voltadas para o aperfeiçoamento das práticas e procedimentos contábeis iniciadas em 2020 referentes os bens intangíveis – softwares.

Em decorrência do processo Pad nº 9819/2021 Auditoria SAUDG/SECAUDI nº 06/2021 - Auditoria Integrada TSE/TRE - Gestão 2021 o saldo constante em conta contábil no grupo Ativo – “Adiantamento de vale transporte” foi baixado integralmente tendo em vista informação da Seção de Folha de Pagamentos de que os servidores que fazem jus ao auxílio o recebem dentro do mês de utilização.

Em decorrência do Ofício-Circular GAB-DG nº 110/2021 do TSE, houve ajuste de atualização de valor patrimonial das urnas eletrônicas objetivando padronização de valores no âmbito da Justiça Eleitoral. Os valores foram lançados em conta específica do Ativo em contrapartida à conta no grupo do Patrimônio Líquido – Ajustes de Exercício Anteriores. Com o intuito de evitar futuras distorções de valores entre as UEs do mesmo modelo, a área de Patrimônio do TSE padronizou a incorporação de novas UEs na Justiça Eleitoral com a data do aceite definitivo realizado pelo TSE para fins de início do cálculo da depreciação mensal

Em atendimento ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª Edição, os valores referentes às reavaliações dos Imóveis (registrados no Spiunet) foram lançados em suas respectivas contas de Ativo em contrapartida à conta do grupo do Patrimônio Líquido – “Reserva de Reavaliação”.

4. CONFORMIDADE CONTÁBIL DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná registra os lançamentos contábeis apenas de sua Unidade Gestora, a UG 070019 e exerce função de Setorial Contábil. A responsabilidade pela análise e validação das Demonstrações Contábeis fica a cargo da Coordenadoria de Finanças e Contabilidade, vinculada à Secretaria de Orçamento Finanças e Contabilidade, cuja titular é a servidora Cecília Maria Wosch Crisóstimo (Analista Judiciária – Área Administrativa). As atribuições da Coordenadoria estão previstas no art. 91 da Resolução 829/2019 (<http://www.tre-pr.jus.br/legislacao/resolucoes-do-tre-pr/resolucoes-tre-pr>).

A responsável pelo registro da conformidade contábil desde 15/10/14 é Angela Cristiane Sosnowski Cardoso (CRC/PR 032635/0-4). A servidora, lotada na Coordenadoria de Finanças e Contabilidade, ocupa o cargo de Analista Judiciária – Especialidade Contabilidade – FC 02.

Os procedimentos adotados pelo TRE-PR baseiam-se: nas NBC TSPs - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público que lhe sejam aplicáveis, no Mcasp - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8º edição, no Pcap - Plano de Contas da União, nos Manuais disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, as chamadas Macrofunções. Também são atendidas as orientações, portarias, ofícios e/ou informações prestadas pela Setorial Contábil do Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

Ressalta-se que “Todas as atividades, têm como objetivo assegurar a integridade, fidedignidade e confiabilidade das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).”

Durante o ano de 2021 as atividades contábeis foram focadas, em especial, na continuidade do atendimento de demandas advindas da publicação da Instrução Normativa nº 84 de 22/04/2020 expedida pelo Tribunal de Contas da União.

Todas as ações derivadas da IN nº 84 – TCU permanecem sob a coordenação da Seção de Auditoria e Governança. Através de diligências, em processos com temas específicos, foram solicitadas informações aos setores competentes as quais culminaram, invariavelmente, em registros contábeis de incorporações, desincorporações e/ou reclassificações.

Por consequência ocorreram reflexos nas Demonstrações Contábeis dentre os quais destacam-se:

- a) Zeramento da conta contábil no grupo do Ativo “Adiantamento de vale transporte”;
- b) Zeramento da conta contábil no grupo do Ativo “Adiantamento de férias”;
- c) Baixa em conta contábil no grupo de Ativo “Edifícios” – não registrados no Spiu – dos valores referentes aos Fóruns Eleitorais que possuem cadastro no sistema da Secretaria de Patrimônio da União – SPU, o Spiunet.

Em decorrência do Ofício-Circular GAB-DG nº 110/2021 do TSE, houve ajuste de atualização de valor patrimonial das urnas eletrônicas objetivando padronização de valores no âmbito da Justiça Eleitoral. Os valores foram lançados em conta específica do Ativo em contrapartida à conta no grupo do Patrimônio Líquido – Ajustes de Exercício Anteriores.

Em atendimento ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª Edição, os valores referentes às reavaliações do Imóveis (registrados no Spiunet) foram lançados em suas respectivas contas de Ativo em contrapartida à conta do grupo do Patrimônio Líquido – “Reserva de Reavaliação”.

Desta forma as Demonstrações Contábeis referente ao exercício de 2021, refletem, nos seus aspectos mais relevantes, a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal Eleitoral do Paraná – TRE-PR visto que:

- ✓ Todos os ativos, passivos e elementos do patrimônio líquido registrados existem e são da entidade.
- ✓ Todos os eventos registrados, de fato, ocorreram.
- ✓ Foram registrados todos os eventos que deveriam estar registrados bem como Ativos, Passivos e Patrimônio Líquido.
- ✓ Os direitos e obrigações são todos controlados.
- ✓ Ativos, passivos e itens do patrimônio líquido estão incluídos nas demonstrações contábeis nos valores apropriados e quaisquer ajustes resultantes de valorização e alocação estão adequadamente registrados.
- ✓ Os eventos estão registrados em contas corretas.
- ✓ Não há inconsistências ou desequilíbrios nas Demonstrações Contábeis.
- ✓ Não há contas contábeis com saldo invertidos.
- ✓ Não houve restrições relativas à Conformidade de Gestão, exceto em relação aos dias 03 e 06 de setembro de 2021 por conta dos feriados de 07 (nacional) e 08 (municipal).
- ✓ Não há comprometimento na qualidade das informações contábeis, pois são observadas as orientações, os instrumentos de análise disponíveis no SIAFI e outros mecanismos colocados à disposição dos contadores da Coordenadoria de Finanças e Contabilidade – CFIC.

5. DECLARAÇÃO DA CONTADORA

DECLARAÇÃO DA CONTADORA									
Denominação completa (UJ)	Código da UG								
Tribunal Regional Eleitoral do Paraná	070019								
<p>Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2021 da Unidade Gestora 070019. Ela reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas na data referida e esta pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.</p> <p>As demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas Notas Explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2021, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Mcasp 8ª Edição o Manual SIAFI e demais normas aplicáveis.</p>									
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Local</th> <th>Curitiba</th> <th>Data</th> <th>25/02/2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Contadora Responsável</td> <td>Angela Cristiane Sosnowski Cardoso</td> <td>CRC nº</td> <td>PR -032635/O-4</td> </tr> </tbody> </table>		Local	Curitiba	Data	25/02/2022	Contadora Responsável	Angela Cristiane Sosnowski Cardoso	CRC nº	PR -032635/O-4
Local	Curitiba	Data	25/02/2022						
Contadora Responsável	Angela Cristiane Sosnowski Cardoso	CRC nº	PR -032635/O-4						

6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, quais sejam: Lei nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica do Setor Público (NBC TSP), Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ªed.– MCASP e Manual Siafi. São elas:

Balanço Patrimonial: evidencia ativos e passivos do órgão.

Demonstração das Variações Patrimoniais: demonstra o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).

Balanço Orçamentário: compara os valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento.

Balanço Financeiro: evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

6.1. Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL EM REAIS									
ATIVO	NE	2021	2020	AH	PASSIVO	NE	2021	2020	AH
CIRCULANTE		10.566.782,70	6.209.707,17		CIRCULANTE		20.488.977,33	19.802.526,82	
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	2.226.160,12	217.290,84	924,51%	Obrigações Trabalhistas a Curto Prazo	8	20.357.664,84	19.674.586,51	3,47%
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2	1.306.330,35	1.024.292,89	27,53%	Fornecedores e contas a Curto Prazo		2.905,58	1.184,04	145,40%
Estoques	3	3.416.508,10	3.323.183,96	2,81%	Demais Obrigações a Curto Prazo	9	128.406,91	126.756,27	1,30%
VPD's Pagas Antecipadamente	4	3.617.784,13	1.644.939,48	119,93%					
NÃO CIRCULANTE		358.321.510,94	285.033.130,07		NÃO CIRCULANTE		9.244,22	6.305,60	
Imobilizado		355.366.742,35	281.613.074,52		Demais Obrigações a Longo Prazo	10	9.244,22	6.305,60	46,60%
Bens Móveis	5	98.444.674,37	90.788.938,08	8,43%					
(-) Depreciação de Bens Móveis		-55.605.713,50	-54.790.036,77	1,49%	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		348.390.072,09	271.434.004,82	28,35%
Bens Imóveis	6	314.063.904,50	247.107.269,13	27,10%	Demais Reservas	11	89.718.793,70	-	
(-) Depreciação de Bens Imóveis		-1.536.123,02	-1.493.095,92	2,88%	Resultados Acumulados		258.671.278,39	271.434.004,82	
Intangível	7	2.954.768,59	3.420.055,55		Resultado do Exercício	12	12.531.347,76	13.347.643,11	-6,12%
Softwares		5.976.473,76	5.947.185,75	0,49%	Resultados de Exercícios Anteriores	13	271.434.004,82	220.894.181,44	22,88%
(-) Amortização acumulada softwares		-3.021.705,17	-2.527.130,20	19,57%	Ajustes de Exercícios Anteriores	14	-25.294.074,19	37.192.180,27	-168,01%
TOTAL DO ATIVO		368.888.293,64	291.242.837,24		TOTAL DO PASSIVO		368.888.293,64	291.242.837,24	

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
ATIVO	2021		2020		PASSIVO
ESPECIFICAÇÃO					ESPECIFICAÇÃO
ATIVO FINANCEIRO		2.226.160,12		217.290,84	PASSIVO FINANCEIRO
ATIVO PERMANENTE		366.662.133,52		291.025.546,40	PASSIVO PERMANENTE
					SALDO PATRIMONIAL
					341.518.950,19
					265.641.589,24

QUADRO DE COMPENSAÇÕES					
ATIVO	2021		2020		PASSIVO
ESPECIFICAÇÃO					ESPECIFICAÇÃO
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		2.462.319,87		2.821.126,04	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS
Atos Potenciais Ativos		2.462.319,87		2.821.126,04	Atos Potenciais Passivos
Garantias Recebidas a Executar		2.391.950,71		2.753.772,96	Obrigações Contratuais a Executar
Direitos Contratuais a Executar		70.369,16		67.353,08	
TOTAL		2.462.319,87		2.821.126,04	TOTAL
					76.696.282,56
					60.991.268,89

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL					
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO				
Recursos Ordinários	-4.607.748,80				
Recursos Vinculados	-177.769,69				
Previdência Social (RPPS)	0,00				
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-177.769,69				
TOTAL	-4.785.518,49				

Fonte: Tesouro Gerencial/Siafi



6.2. Demonstração das Variações Patrimoniais

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	NE	2021	2020
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Taxes		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		-	3.989,16
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		-	3.989,16
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		7.404,63	2.804,01
Juros e Encargos de Mora		7.404,63	2.804,01
Transferências e Delegações Recebidas	15	377.067.978,96	405.198.397,49
Transferências Intragovernamentais		370.655.886,57	391.389.527,49
Outras Transferências e Delegações Recebidas		6.412.092,39	13.808.870,00
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	16	3.667.785,93	14.572.544,47
Reavaliação de Ativos		-	13.835.201,77
Ganhos com Incorporação de Ativos		3.667.107,33	736.645,10
Ganhos com Desincorporação de Passivos		678,60	697,60
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	17	3.821.125,84	4.554.162,19
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		3.821.125,84	4.554.162,19
Multas código eleitoral			
Outras		3.821.125,84	4.554.162,19
TOTAL VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		384.564.295,36	424.331.897,32
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	NE	2021	2020
Pessoal e Encargos	18	267.494.473,34	279.944.316,40
Remuneração a Pessoal		216.157.311,29	229.627.496,43
Encargos Patronais		39.801.561,83	38.808.389,22
Benefícios a Pessoal		11.535.520,22	11.508.430,75
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		80,00	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	19	53.135.694,03	52.966.738,59
Aposentadorias e Reformas		42.538.978,17	43.051.223,41
Pensões		10.460.709,11	9.848.276,42
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		136.006,75	67.238,76
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	20	46.378.002,66	69.919.845,41
Uso de Material de Consumo		1.339.710,90	5.226.695,58
Serviços		36.917.037,03	53.000.251,05
Depreciação, Amortização e Exaustão		8.121.254,73	11.692.898,78
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		1.762,95	57.475,20
Juros e Encargos de Mora		401,33	1.910,25
Descontos Financeiros Concedidos		1.361,62	55.564,95
Transferências e Delegações Concedidas	21	4.663.385,00	5.414.321,44
Transferências Intragovernamentais		3.849.150,04	4.534.599,85
Outras Transferências e Delegações Concedidas		814.234,96	879.721,59
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	22	116.062,62	2.282.758,43
Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		-	560.000,00
Perdas Involuntárias		116.062,62	42.011,48
Incorporação de Passivos		-	-
Desincorporação de Ativos		-	1.680.746,95
Tributárias	23	77.818,31	77.254,18
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		12.803,48	7.701,08
Contribuições		65.014,83	69.553,10
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	24	165.748,69	321.544,56
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		165.748,69	321.544,56
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		372.032.947,60	410.984.254,21
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO = VPA - VPD	25	12.531.347,76	13.347.643,11

Fonte: Tesouro Gerencial/Siafi

6.3. Balanço Orçamentário

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO						
RECEITA						
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA		RECEITAS REALIZADAS
DEFÍCIT						371.301.392,48
TOTAL		-		-		371.301.392,48
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS				15.339.385,00		-15.339.385,00
Créditos cancelados				15.339.385,00		
DESPESA						
DESPESSAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESSAS EMPENHADAS	DESPESSAS LIQUIDADAS	DESPESSAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESSAS CORRENTES	353.908.013,00	359.993.658,00	361.002.986,44	357.049.957,05	357.039.745,18	-1.009.328,44
Pessoal e Encargos Sociais	300.909.158,00	308.497.566,00	309.678.463,96	307.114.463,96	307.114.463,96	-1.180.897,96
Outras Despesas Correntes	52.998.855,00	51.496.092,00	51.324.522,48	49.935.493,09	49.925.281,22	171.569,52
DESPESSAS DE CAPITAL	2.400.000,00	11.653.740,00	10.298.406,04	7.432.262,14	7.418.115,34	1.355.333,96
Investimentos	2.400.000,00	11.653.740,00	10.298.406,04	7.432.262,14	7.418.115,34	1.355.333,96
TOTAL	356.308.013,00	371.647.398,00	371.301.392,48	364.482.219,19	364.457.860,52	346.005,52
ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
DESPESSAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESSAS CORRENTES	-	5.378.074,36	3.737.894,01	3.737.894,01	1.589.324,16	50.856,19
Pessoal e Encargos	-	2.469.305,91	1.511.856,14	1.511.856,14	957.449,77	-
Outras Despesas	-	2.908.768,45	2.226.037,87	2.226.037,87	631.874,39	50.856,19
DESPESSAS DE CAPITAL	-	415.275,26	409.914,76	409.914,76	1.362,50	3.998,00
Investimentos	-	415.275,26	409.914,76	409.914,76	1.362,50	3.998,00
TOTAL	-	5.793.349,62	4.147.808,77	4.147.808,77	1.590.686,66	54.854,19
ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS						
DESPESSAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS	INSCRITOS EM 31 DE	PAGOS	CANCELADOS	SALDO	
DESPESSAS CORRENTES	47.285,66	68.735,37	11.294,19	678,60	104.048,24	
Outras Despesas Correntes	47.285,66	68.735,37	11.294,19	678,60	104.048,24	
DESPESSAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	
Investimentos	-	-	-	-	-	
TOTAL	47.285,66	68.735,37	11.294,19	678,60	104.048,24	

Fonte: Tesouro Gerencial/Siafi



6.4. Balanço Financeiro

BALANÇO FINANCEIRO EM REAIS			
	2021	2020	AH
INGRESSOS			
Transferências Financeiras Recebidas	370.654.356,57	391.388.868,24	
Resultantes da Execução Orçamentária	367.019.639,24	389.212.698,30	
Sub-repasso Recebido	367.019.639,24	389.212.698,30	-5,70%
Independentes da Execução Orçamentária	3.634.717,33	2.176.169,94	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	3.612.736,14	2.116.246,14	70,71%
Demais Transferências Recebidas	7.113,80	1.388,50	412,34%
Movimentação de Saldos Patrimoniais	14.867,39	58.535,30	-74,60%
Recebimentos Extraorçamentários	10.776.912,54	10.660.866,62	
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	24.358,67	37.673,38	-35,34%
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	6.819.173,29	5.793.349,62	17,71%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	104.707,73	293.114,70	-64,28%
Outros Recebimentos Extraorçamentários	3.828.672,85	4.536.728,92	
Arrecadação de Outra Unidade	3.827.168,85	4.505.372,86	-15,05%
Demais Recebimentos	1.504,00	31.356,06	-95,20%
Saldo do Exercício Anterior	217.290,84	498.360,88	
Caixa e Equivalentes de Caixa	217.290,84	498.360,88	-56,40%
TOTAL INGRESSOS	381.648.559,95	402.548.095,74	
DISPÊNDIOS			
Despesas Orçamentárias	371.301.392,48	394.951.041,92	
Ordinárias	307.479.185,40	331.325.332,69	-7,20%
Vinculadas	63.822.207,08	63.625.709,23	
Seguridade Social (Exceto Previdência)	6.771.193,00	6.708.368,00	0,94%
Previdência Social (RPPS)	52.828.248,08	51.764.711,23	2,05%
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e	4.222.766,00	5.152.630,00	-18,05%
Transferências Financeiras Concedidas	3.849.150,04	4.565.296,66	
Independentes da Execução Orçamentária	3.849.150,04	4.565.296,66	-7,83%
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	0,00		
Movimento de Saldos Patrimoniais	3.849.150,04	4.565.296,66	-15,69%
Pagamentos Extraorçamentários	4.271.857,31	2.814.466,32	
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	11.294,19	83.441,95	-86,46%
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	4.147.808,77	2.431.930,02	70,56%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	112.754,35	299.094,35	-62,30%
Saldo para o Exercício Seguinte	2.226.160,12	217.290,84	
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.226.160,12	217.290,84	924,51%
TOTAL DISPÊNDIOS	381.648.559,95	402.548.095,74	

Fonte: Tesouro Gerencial/Siafi



6.5. Demonstração dos Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2021	2020
INGRESSOS		
Outros Ingressos Operacionais	374.587.737,15	396.218.711,86
Ingressos Extraorçamentários	104.707,73	293.114,70
Transferências Financeiras Recebidas	370.654.356,57	391.388.868,24
Arrecadação de Outra Unidade	3.827.168,85	4.505.372,86
Demais Recebimentos	1.504,00	31.356,06
DESEMBOLSOS		
Pessoal e Demais Despesas	-364.750.837,77	-387.565.429,25
Judiciário	-321.984.435,05	-344.932.655,32
Previdência Social	-268.977.226,38	-291.837.692,07
Transferências Concedidas	-38.804.498,33	-37.768.382,92
Intragovernamentais	-38.804.498,33	-37.768.382,92
Outros Desembolsos Operacionais	-3.961.904,39	-4.864.391,01
Dispêndios Extraorçamentários	-112.754,35	-299.094,35
Transferências Financeiras Concedidas	-3.849.150,04	-4.565.296,66
TOTAL DOS FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	9.836.899,38	8.653.282,61
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	2021	2020
DESEMBOLSOS		
Aquisição de Ativo Não Circulante	7.828.030,10	8.934.352,65
Outros Desembolsos de Investimentos	7.796.236,80	8.335.417,65
TOTAL DOS FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	7.828.030,10	8.934.352,65
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.008.869,28	-281.070,04
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	217.290,84	498.360,88
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	2.226.160,12	217.290,84

Fonte: Tesouro Gerencial/Siafi



7. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações contábeis. Apresentam uma gama de informações adicionais que as demonstrações por si só não revelam. Compreendem as informações sobre os principais fatores relacionados ao desempenho e aos resultados do órgão durante o exercício e as premissas que os corroboram sendo evidenciadas pelo contexto da entidade e seu ambiente operacional.

No setor público passaram a ser exigidas a partir do processo de convergência da Contabilidade Aplicada ao Setor Público aos padrões internacionais em 2008, quando as definiram como parte integrante das demonstrações à medida que trazem informações adicionais relevantes, complementares ou suplementares às DCASP.

As notas explicativas têm como objetivo facilitar a compreensão das demonstrações contábeis pelos usuários da informação e da sociedade de forma geral, para que ocorra o entendimento, no contexto adequado, das informações orçamentárias, financeiras, patrimoniais, legais, fiscais, sociais e de desempenho.

7.1. BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial do TRE-PR por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais que podem impactar a maior ou a menor no patrimônio as quais são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

7.1.1. Ativo

Ativo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.

Nota 01 - Caixa e Equivalente de Caixa

Compõe-se do somatório dos valores em caixa e equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Caixa e Equivalentes		2021	2020
Ano			
Limite de saque com vinculação pagamento		2.216.915,90	208.046,62
Demais contas - Caixa Económica Federal		9.244,22	9.244,22
Total		2.226.160,12	217.290,84

Fonte: Tesouro Gerencial/Siafi

O saldo do limite de saque com vinculação de pagamentos refere-se a recursos advindos de sub-repasses enviados pelo Tribunal Superior Eleitoral. Os recursos são recebidos pelo TRE-PR conforme programação financeira enviada mensalmente pela Coordenadoria de Finanças e Contabilidade ao Órgão Superior e são divididas por fonte, ou seja, para cada forma de pagamento há uma vinculação com o recurso que será utilizado.



Compondo o saldo total estão os equivalentes de caixa. Referem-se às cauções depositadas em garantia relativas à cessão de uso do restaurante do TRE-PR e ao contrato de empresa especializada em assessoria às planilhas de formação de custos. Os valores são geridos pela Caixa Econômica Federal e não se confundem com os do TRE, pois serão resgatados pelos contratados após o término da vigência de seus contratos

Caixa e Equivalentes - por Fonte de Recursos		
Ano	2021	2020
Fonte 0100 - Recursos Primários livre aplicação	2.000.000,00	200.000,00
Fonte 0127 - Custas Judiciais	216.915,90	-
Fonte 0190 - Recursos Diversos		8.046,62
Total	2.216.915,90	208.046,62

Fonte: Tesouro Gerencial/Siafi

Os valores constantes na fonte 0100 serão utilizados, durante o ano de 2022, para, entre outros, efetivarem o pagamento dos Restos a Pagar inscritos. Os valores de folha de pagamento devolvidos por Bancos em 26/12/2020, no valor de R\$ 8.046,62 foram identificados pelo RH e regularizados pelo setor financeiro.

Nota 02 - Demais créditos e valores a curto prazo

Os adiantamentos concedidos referem-se aos registros contábeis de apropriações das folhas de pagamentos. São valores decorrentes de antecipação de salários dos servidores que estarão em férias no mês de janeiro de 2022 e o adiantamento do auxílio alimentação. O acréscimo de 27,37% em relação ao ano de 2020 está diretamente ligado ao quantitativo de servidores que optaram pelo adiantamento da remuneração de janeiro/2022. Os valores serão baixados em 2022 e reconhecidos em contas de resultado atendendo ao regime de competência da despesa conforme as premissas da Macrofunção 021142 – Folha de Pagamento.

Demais créditos e valores a curto prazo			
Ano	2021	2020	AH%
Adiantamentos concedidos	1.298.056,97	1.019.399,25	27,34%
Outros créditos a receber a curto prazo	8.273,38	4.893,64	69,06%
Total	1.306.330,35	1.024.292,89	

Fonte: Tesouro Gerencial/Siafi

O montante relativo a “Outros créditos a receber a curto prazo” diz respeito à remuneração de servidor cedido ao Tribunal de Justiça do Paraná.

Nota 03 – Estoques

Referem-se a valores de materiais adquiridos com a finalidade de utilização própria durante o curso normal das atividades, que ainda não foram utilizados ou tiveram uma destinação específica. São mensurados pelo valor original, incluem todos os custos de aquisição e o método para mensuração e avaliação das saídas é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei nº. 4.320/64 e NBC TSP 04.

Mensalmente a Setorial Contábil do TRE-PR, realiza o confronto de saldos do Relatório de Movimentação de Materiais de Almoxarifado – RMMA (expedido pela Seção de Gestão de Material de Consumo) com os saldos das contas contábeis do SIAFI. Tal procedimento garante a confiabilidade e



abrangência dos saldos considerando que eventuais inconsistências são regularizadas antes do fechamento mensal no sistema SIAFI.

Bens em Estoque				
Item de consumo	2021	2020	AV	AH
Material de Proces. de Dados	875.514,09	829.595,59	25,63%	5,54%
Material de Expediente	529.215,16	519.832,40	15,49%	1,80%
Material elétrico e eletrônico	491.152,88	478.095,36	14,38%	2,73%
Material de Acondic. e Embalagem	342.547,32	355.897,19	10,03%	-3,75%
Material de proteção e segurança	311.047,59	312.810,24	9,10%	-0,56%
Mat. p/ manutenção de bens imóveis	237.146,55	169.978,34	6,94%	39,52%
Material de Limpeza e Higiene	201.362,86	199.543,67	5,89%	0,91%
Mat. p/ manutenção de bens móveis	127.133,75	131.391,50	3,72%	-3,24%
Material de Utilização em gráfica	85.857,67	92.331,81	2,51%	-7,01%
Material para áudio, vídeo e foto	72.277,07	57.540,81	2,12%	25,61%
Material de Copa e Cozinha	63.375,37	76.854,89	1,85%	-17,54%
Material de sinalização visual	23.435,66	26.321,30	0,69%	-10,96%
Uniformes, tecidos e aviaamentos	20.569,50	20.461,80	0,60%	0,53%
Gêneros de alimentação	15.775,74	28.255,58	0,46%	-44,17%
Bandeiras, flâmulas e insígnias	10.577,23	14.523,12	0,31%	-27,17%
Ferramentas	4.191,87	3.701,88	0,12%	13,24%
Material técnico p/seleção e	2.634,76	3.341,92	0,08%	-21,16%
Material para comunicação	2.622,56	2.627,09	0,08%	-0,17%
Combust. e Lubrific. p/ Outras	70,47	70,47	0,00%	0,00%
Combust. e Lubrific. Automotivos	-	9,00	0,00%	-100,00%
Total	3.416.508,10	3.323.183,96	100,00%	

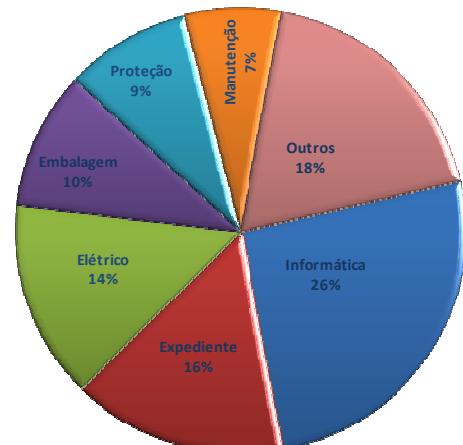
Fonte: Tesouro Gerencial/Siafi

O saldo contábil em 31/12/2021 representa o valor monetário dos materiais de consumo que estarão disponíveis para utilização nos próximos exercícios.

Os itens de maior estocagem referem-se a materiais e/ou suprimentos para fazer frente às necessidades das áreas de informática, administrativa, manutenções de imóveis, entre outros, utilização dos servidores da Capital de dos Fóruns Eleitorais do interior.

A movimentação dos itens de estoque, ou seja as entradas e saídas, ocorrem conforme as solicitações dos Fóruns e Secretarias do Tribunal.

**Material de consumo em estoque
31/12/2021**





A movimentação do estoque durante o ano de 2021 ocorreu da seguinte forma:

Conta contábil	Movimentação do estoque			
	31/12/2021	Saídas	Entradas	31/12/2020
Material de tic - material de consumo	875.514,09	192.063,71	237.982,21	829.595,59
Material de expediente	529.215,16	59.652,82	69.035,58	519.832,40
Material eletrico e eletronico	491.152,88	127.772,10	140.829,62	478.095,36
Material de acondicionamento e embalagem	342.547,32	22.643,56	9.293,69	355.897,19
Material de protecao e segurança	311.047,59	144.230,95	142.468,30	312.810,24
Material de limpeza e prod. De higienizacao	201.362,86	60.834,50	62.653,69	199.543,67
Material p/ manut.de bens imoveis/instalacoes	237.146,55	315.769,85	382.938,06	169.978,34
Material p/ manutencao de bens moveis	127.133,75	53.484,03	49.226,28	131.391,50
Material p/ utilizacao em grafica	85.857,67	6.717,90	243,76	92.331,81
Material de copa e cozinha	63.375,37	14.703,64	1.224,12	76.854,89
Material p/ audio, video e foto	72.277,07	19.589,59	34.325,85	57.540,81
Generos de alimentacao	15.775,74	52.426,41	39.946,57	28.255,58
Material de sinalizacao visual e outros	23.435,66	5.317,64	2.432,00	26.321,30
Uniformes, tecidos e aviamentos	20.569,50	58,50	166,20	20.461,80
Bandeiras, flamulas e insignias	10.577,23	16.097,33	12.151,44	14.523,12
Ferramentas	4.191,87	974,58	1.464,57	3.701,88
Material tecnico p/ selecao e treinamento	2.634,76	707,16	-	3.341,92
Material para comunicacoes	2.622,56	4,53	-	2.627,09
Combustiveis e lubrif. P/ outras finalidades	70,47	5.171,00	5.171,00	70,47
Combustiveis e lubrificantes automotivos	-	333.048,30	333.039,30	9,00
Consumo imediato	-	122.296,84	122.296,84	-
Total estoque material consumo	3.416.508,10	1.553.564,94	1.646.889,08	3.323.183,96

Fonte: Tesouro Gerencial/Siafi

Detalhamento e movimentação de entradas e saídas das aquisições de matérias de consumo poderão ser consultadas em: [Bens Móveis — Tribunal Regional Eleitoral do Paraná](#)

Nota 04 – Despesas pagas antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviços à entidade ocorrerão em meses subsequentes. As despesas serão reconhecidas pelo regime de competência de forma automática pelo sistema SIAFI a partir de cronograma de realização incluso em documento hábil no momento da liquidação do empenho.

Variações Diminutivas pagas antecipadamente				
Ano	2021	2020	AV	AH
Prêmios de seguros a apropriar	25.110,31	48.740,34	0,69%	-48,48%
Assinaturas e anuidade a apropriar	536.129,07	441.084,23	14,82%	21,55%
VPD de Serviços pagos antecipadamente	3.056.544,75	1.155.114,91	84,49%	164,61%
Total	3.617.784,13	1.644.939,48	100,00%	119,93%

Fonte: Tesouro Gerencial/Siafi

Para o ano de 2021 o incremento significativo de 164,61% em relação a 2020 decorre do reconhecimento como despesa antecipadas, dos serviços contratados com aquisição de softwares cuja emissão do empenho ocorreu como despesa de custeio e elemento de despesa de tecnologia da informação (33.90.40.XX). Esta prática vem sendo adotada desde o ano de 2020 quando, a partir da Orientação SOF/TSE Nº 12/2019 e da Auditoria de Gestão de Ativos, consolidou-se o entendimento de que, a depender do serviço de tecnologia da informação contratado o tratamento patrimonial adotado seria o de “despesas pagas antecipadamente”, com acionamento de cronograma de realização de despesas no momento da liquidação das notas fiscais. Cumpriu-se desta forma a realização das despesas pelo regime de competência.



Destaque em 2021 para as aquisições relacionadas às soluções de segurança e serviços de aconselhamento em tecnologia da informação, com vistas ao processo das eleições de 2022, que totalizaram R\$ 2.586.622,98.

Imobilizado

Conforme o MCasp o imobilizado é o item tangível que é mantido para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, inclusive os decorrentes de operações que transfiram para a entidade os benefícios, riscos e controle desses bens, cuja utilização se dará por mais de um período. Segregam-se em bens móveis e os bens imóveis.

Imobilizado		2021	2020	AH
Ano				
Bens Móveis		42.838.960,87	35.998.901,31	19,00%
(+) Valor bruto contábil		98.444.674,37	90.788.938,08	8,43%
(-) Depreciação de Bens Móveis		-55.605.713,50	-54.790.036,77	1,49%
Bens Imóveis		312.527.781,48	245.614.173,21	27,24%
(+) Valor bruto contábil		314.063.904,50	247.107.269,13	27,10%
(-) Depreciação de Bens Imóveis		-1.536.123,02	-1.493.095,92	2,88%
TOTAL		355.366.742,35	281.613.074,52	26,19%

Fonte: Tesouro Gerencial/Siafi

Nota 05 - Bens Móveis

Compreendem os bens que têm existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.

Todos os bens móveis são gerenciados pela Seção de Gestão do Patrimônio através do sistema AsiWeb. As compras são registradas pelo valor das aquisições, acrescidos dos tributos não compensáveis e demais custos necessários para que os bens estejam aptos para utilização.

A depreciação dos bens móveis é calculada pelo sistema Asiweb conforme o método de cotas constantes. A vida útil econômica e o valor residual utilizado para os bens são os constantes na tabela da Macrofunção SIAFI 02.03.30 – Depreciação, amortização e exaustão.

A exceção encontra-se no percentual das urnas eletrônicas por serem bens específicos da Justiça Eleitoral. O Tribunal Superior Eleitoral, a partir de estudo técnico, determinou a vida útil de 10 anos para as urnas. Portanto, em que pese todo o contingente de urnas estarem registrado/classificado

Conta Contábil	Descrição	Vida Útil (anos)	Percentual	Valor Residual (%)
12.311.01.01	Aparelhos de Medição e Orientação	15	6,7%	10
12.311.01.02	Aparelhos Equipamentos Comunic.	10	10,0%	20
12.311.01.03	Apar.,Equip.e Utens.Med.,Odont.,La	15	6,7%	20
12.311.01.05	Equipamento de Proteção, Segurança	10	10,0%	10
12.311.01.06	Maquinas e Equipam. de Natureza	20	5,0%	10
12.311.01.07	Maquinas e Equipamentos Energéticos	10	10,0%	10
12.311.01.08	Maquinas e Equipamentos Gráficos	15	6,7%	10
12.311.01.09	Maquinas, Ferramentas e Utensílios	10	10,0%	10
12.311.01.12	Acessórios para Automóveis	5	20,0%	10
12.311.01.21	Equipamentos Hidráulicos e Eletric	10	10,0%	10
12.311.01.25	Maquinas, Utensílios e Equipamentos	10	10,0%	10
12.311.02.01	Equipamentos de Processamentos de	5	20,0%	10
12.311.03.01	Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10,0%	10
12.311.03.02	Maquinas, Instalações e Utensílios	10	10,0%	10
12.311.03.03	Mobiliário em Geral	10	10,0%	10
12.311.04.02	Coleções e Materiais Bibliográficos	10	10,0%	-
12.311.04.04	Instrumentos Musicais e Artísticos	20	4,0%	10
12.311.04.05	Equipamentos Para Áudio, Vídeo E F	10	10,0%	10
12.311.04.06	Obras de Arte e Pecas para Exposição	-	-	-
12.311.05.01	Veículos Diversos	15	6,7%	10
12.311.05.03	Veículos de Tração Mecânica	15	6,7%	10
12.311.99.09	Pecas Não Incorporáveis a Imóveis	10	10,0%	10

Fonte: Macrofunção 02.03.30 e Sistema Asiweb.

como equipamento de processamento de dados, seu percentual de depreciação é de 10% a.a.

Mensalmente a Setorial Contábil do TRE-PR, realiza o confronto de saldos do Relatório de Movimentação de Bens – RMB (expedido pela Seção de Gestão Patrimonial), com os saldos das contas



contábeis do SIAFI. Tal procedimento garante a confiabilidade e abrangência dos saldos considerando que eventuais inconsistências são regularizadas antes do fechamento mensal no sistema SIAFI.

Bens Móveis				
Ano	31.12.2021	31.12.2020	AV	AH
Aparelhos de medição e orientação	30.357,36	33.489,85	0,03%	-9,35%
Aparelhos e equipamentos de comunicação	1.005.659,46	1.058.226,84	1,02%	-4,97%
Equipam/utensílios médicos,odontolab e hosp	208.542,36	195.179,03	0,21%	6,85%
Equipamento de proteção, segurança e socorro	5.000.247,98	5.150.274,65	5,08%	-2,91%
Maquinas e equipamentos industriais	1.282,56	1.282,56	0,00%	0,00%
Maquinas e equipamentos energéticos	1.789.507,93	1.846.547,58	1,82%	-3,09%
Maquinas e equipamentos gráficos	380.381,62	383.365,32	0,39%	-0,78%
Maquinas, ferramentas e utensílios de oficina	6.188,15	4.830,49	0,01%	28,11%
Equipamentos, peças e acessórios p/automóveis	10.832,20	10.832,20	0,01%	0,00%
Equipamentos hidráulicos e elétricos	3.146,28	4.950,28	0,00%	-36,44%
Maquinas, utensílios e equipamentos diversos	6.353.991,84	6.352.828,74	6,45%	0,02%
Equip de tecnolog da infor e comunicação/tic	63.031.158,50	55.943.902,32	64,03%	12,67%
Aparelhos e utensílios domésticos	437.818,21	423.353,03	0,44%	3,42%
Maquinas e utensílios de escritório	180.396,19	183.338,13	0,18%	-1,60%
Mobiliário em geral	8.551.072,53	8.319.772,73	8,69%	2,78%
Coleções e materiais bibliográficos	508.291,52	492.460,28	0,52%	3,21%
Instrumentos musicais e artísticos	550,00	550,00	0,00%	0,00%
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	2.653.183,12	2.535.936,37	2,70%	4,62%
Obras de arte e peças para exposição	159.645,38	159.395,38	0,16%	0,16%
Veículos em geral	257.217,13	257.491,01	0,26%	-0,11%
Veículos de tração mecânica	4.743.923,00	4.561.323,00	4,82%	4,00%
Bens moveis em elaboração	262.761,59	-	0,27%	
Pecas não incorporáveis a imóveis	2.868.519,46	2.869.608,29	2,91%	-0,04%
Total Bruto	98.444.674,37	90.788.938,08	100,00%	
Depreciação / Amortização Acumulada	-55.605.713,50	-54.790.036,77	-60,35%	1,49%
Total Líquido	42.838.960,87	35.998.901,31		

Fonte: Tesouro Gerencial/Siafi

No ano de 2020, por meio do Ofício-Circular GAB-DG nº 179/2020 do TSE, foram identificadas inconsistências dos valores registrados nos sistemas de gestão patrimonial dos Tribunais Regionais Eleitorais, em comparação com os valores de referência, obtidos com base no cálculo de depreciação mensal preceituada pela legislação vigente aplicável. À época a Seção de Gestão do Patrimônio efetuou todos os procedimentos solicitados naquele ofício.

Contudo em maio de 2021, através do Ofício-Circular GAB-DG nº 110/2021 do TSE, houve necessidade de novo procedimento de cálculo para os valores unitários das urnas eletrônicas com a finalidade de padronização dos valores e critérios contábeis entre os órgãos da Justiça Eleitoral que movimentaram as referidas Urnas entre si em exercícios anteriores. Dos cálculos, com base nas informações constantes no Ofício-Circular GAB-DG nº 110/2021 do TSE, apurou-se montante de R\$ 5.354.776,98 os quais aumentaram o valor contábil destes ativos. Por se tratar de adequação de valores, e não de reavaliação, os totais foi registrado em conta específica do Ativo em contrapartida à conta no grupo do Patrimônio Líquido – Ajustes de Exercício Anteriores.

Esse expediente foi um dos motivos do aumento de 12,67% na conta contábil de Equipamentos de Tecnologia da Informação – TIC do ano de 2020 para o ano de 2021.

O saldo de R\$ 262.761,59 em Bens em Elaboração refere-se ao contrato nº 56/2021 com a empresa Green4T Soluções de TI Ltda, cujo objeto é o fornecimento, instalação, implantação e integração de uma solução de Datacenter Modular Seguro Outdoor que ampliará a capacidade de armazenamento, processamento e segurança dos dados da Justiça Eleitoral do Paraná. Considerando que a execução do contrato ocorrerá em diversas etapas e existe a impossibilidade de identificação precisa dos itens a



serem patrimoniados, optou-se pela contabilização desta contratação em conta de Bens em Elaboração. Com a execução do contrato finalizada, os valores serão transferidos para contas contábeis distintas e a data de início da depreciação dos equipamentos será aquela que o gestor do contrato atestar que Datacenter Modular estará apto para o início do funcionamento.

A movimentação dos bens durante o ano de 2021 ocorreu da seguinte forma:

Conta Contábil	Movimentação			
	31.12.2021	Saídas	Entradas	31.12.2020
Aparelhos de medicao e orientacao	30.357,36	3.132,49	0,00	33.489,85
Aparelhos e equipamentos de comunicacao	1.005.659,46	65.817,38	13.250,00	1.058.226,84
Equipam/utensilios medicos,odont,lab e hosp	208.542,36	88,67	13.452,00	195.179,03
Equipamento de protecao, segurança e socorro	5.000.247,98	162.908,97	12.882,30	5.150.274,65
Maquinas e equipamentos industriais	1.282,56	0,00	0,00	1.282,56
Maquinas e equipamentos energeticos	1.789.507,93	79.243,65	22.204,00	1.846.547,58
Maquinas e equipamentos graficos	380.381,62	2.983,70	0,00	383.365,32
Maquinas, ferramentas e utensilios de oficina	6.188,15	942,34	2.300,00	4.830,49
Equipamentos, pecas e acessorios p/automoveis	10.832,20	0,00	0,00	10.832,20
Equipamentos hidraulicos e eletricos	3.146,28	1.804,00	0,00	4.950,28
Maquinas, utensilios e equipamentos diversos	6.353.991,84	70.060,02	71.223,12	6.352.828,74
Equip de tecnolog da infor e comunicacao/tic	63.031.158,50	6.915.722,60	14.002.978,78	55.943.902,32
Aparelhos e utensilios domesticos	437.818,21	9.741,02	24.206,20	423.353,03
Maquinas e utensilios de escritorio	180.396,19	2.941,94	0,00	183.338,13
Mobiliario em geral	8.551.072,53	54.862,42	286.162,22	8.319.772,73
Colecoes e materiais bibliograficos	508.291,52	203,69	16.034,93	492.460,28
Instrumentos musicais e artisticos	550,00	0,00	0,00	550,00
Equipamentos para audio, video e foto	2.653.183,12	30.315,15	147.561,90	2.535.936,37
Obras de arte e pecas para exposicao	159.645,38	150,00	400,00	159.395,38
Veiculos em geral	257.217,13	273,88	0,00	257.491,01
Veiculos de tracao mecanica	4.743.923,00	137.400,00	320.000,00	4.561.323,00
Bens moveis em elaboracao	262.761,59	0,00	262.761,59	0,00
Estoque interno	0,00	3.497.495,00	3.497.495,00	0,00
Bens moveis em transito	0,00	134.565,33	134.565,33	0,00
Pecas nao incorporaveis a imoveis	2.868.519,46	19.623,23	18.534,40	2.869.608,29
Total de Bens Móveis	98.444.674,37	11.190.275,48	18.846.011,77	90.788.938,08
(-) Depreciacao acumulada - bens moveis	-55.605.713,50	7.849.476,66	7.033.799,93	-54.790.036,77
Total líquido dos bens móveis	42.838.960,87	19.039.752,14	25.879.811,70	35.998.901,31

Fonte: Tesouro Gerencial/Siafi

Mais uma vez destaca-se a movimentação de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação e o reflexo direto do cálculo da atualização dos valores das urnas eletrônicas. Isso pois, os registros contábeis que devem ser efetuados, para adequação de bens reavaliados, transitam em forma de débitos e créditos pelas entradas e saídas conforme mostra a movimentação específica da conta.

12.311.02.01 - Equipamentos de tecnologia da informação			
Movimentação	Saldo	Saídas	Entradas
Saldo 31/12/2020	55.943.902,32		
Ajuste de reavaliação de urnas eletrônicas			5.354.776,98
Ajuste de reavaliação de urnas eletrônicas		4.027.737,40	
Aquisição de 120 notebook			604.873,20
Aquisição de 137 roteadores			810.500,00
Aquisição de 365 estações de trabalho			1.791.887,20
Aquisição de 50 switch 48 portas			946.717,50
Transferência - recebimento de 650 urnas do TRE-SP			836.849,00
Transferência - envio equipamentos informática - TRE -			
Recebimento de 850 urnas via TSE - modelo 2020			3.497.495,00
Outras aquisições			159.879,90
Doações Associações e outras saídas		35.864,28	
Doações Polícia Militar do Paraná		1.361.180,36	
Doações Secretaria de Segurança Pública do Paraná		1.356.375,23	
Saldo em 31/12/2021	63.031.158,50	6.915.722,60	14.002.978,78

Maiores informações estão disponíveis em: [Bens Móveis — Tribunal Regional Eleitoral do Paraná](#)



Nota 06 - Bens Imóveis

Compreende os bens vinculados ao terreno (solo) que não podem ser retirados sem destruição ou danos segundo a definição do MCasp.

A composição contábil total dos imóveis do TRE-PR apresenta-se da seguinte forma:

Bens Imóveis		31.12.2021	31.12.2020	AV	AH
Ano					
Bens Imóveis Registrados no Spiunet		193.594.776,71	98.439.383,74	61,64%	96,66%
Bens Imóveis Não Registrados no Spiunet		120.469.127,79	148.667.885,39	38,36%	-18,97%
Total Bruto		314.063.904,50	247.107.269,13	100,00%	
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis		-1.536.123,02	-1.493.095,92	-0,49%	102,88%
Total		312.527.781,48	245.614.173,21		

Fonte: Tesouro Gerencial/Siafi

Subdividem-se entre imóveis registrados no Spiunet e não registrados no Spiunet tendo em vista que:

06.1) Bens Imóveis de Uso Especial Registrados no SpiuNet:

São os imóveis que tiveram a documentação analisada por equipe especializada da Secretaria de Patrimônio da União - SPU e foram cadastrados no Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União – SPIUNET. A SPU utiliza critérios próprios de mensuração inicial dos imóveis por isso não se utiliza do custo efetivo da construção da obra.

Bens Imóveis de Uso Especial Registrados no SpiuNet		31.12.2021	31.12.2020	AV	AH
Ano					
Edifícios		179.696.113,60	89.715.428,71	92,82%	100,30%
Terrenos		13.898.663,11	8.723.955,03	7,18%	59,32%
Total Bruto		193.594.776,71	98.439.383,74	100,00%	
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis		-1.536.123,02	-1.493.095,92	-0,85%	2,88%
Total		192.058.653,69	96.946.287,82		

Fonte: Tesouro Gerencial/Siafi

06.1.1) Edifícios:

A variação percentual em Edifícios de 2020 para 2021 de 100,30% ocorreu em consequência das reavaliações dos imóveis efetuadas pela Coordenadoria de Material e Patrimônio.

Da Reavaliação dos imóveis:

As reavaliações e/ou atualizações de metragem dos imóveis registrados no Spiunet pela SPU, são realizadas pela Coordenadoria de Material e Patrimônio, no sistema Spiunet, tomando como base evidências apontadas pela Seção de Manutenção de Imóveis do Interior em processos digitais individualizados por Fóruns Eleitorais. Não há comissão formada por servidores ou laudo técnico de perito ou entidade especializada.

A respeito do método de registro contábil das reavaliações, determina o Mcasp 8ª Edição, que a partir do ano de 2021, se o valor contábil da classe do ativo aumentar em virtude de reavaliação, esse aumento, deve ser evidenciado diretamente no Balanço Patrimonial onde será debitado em conta de Ativo (aumentando o valor do imóvel) e creditado em conta de Reserva de Reavaliação (Patrimônio Líquido) não sendo mais admitido o reconhecimento diretamente no resultado do exercício em contas de variações patrimoniais aumentativas.

Como pode se observar ocorreu o aumento de valor da classe dos imóveis em função das reavaliações dos Fóruns Eleitorais. Entretanto o sistema Spiunet, gerenciado pela Secretaria do Patrimônio da União - SPU, não recebeu atualização em seus parâmetros/algoritmos de registros, o que ocasionou a cada *input* de reavaliação no Spiunet um *upload* de registro



contábil no Siafi diretamente no resultado do exercício em conta de variação patrimonial aumentativa.

Com vistas ao cumprimento da norma, considerando que o registro de reavaliação deu-se em conta diversa ao determinado pelo Mascp 8ª Edição, foram realizados ajustes contábeis, com transição entre contas patrimoniais haja vista vinculações entre registros e inibições de utilização de contas correntes derivadas de peculiaridades entre o sistema Spiunet e o sistema Siafi. A solução técnica encontrada foi de movimentar a conta de Edifícios (sem registro no Spiunet - 12.321.02.02) em contrapartida à reserva de Reavaliação e em seguida promover o estorno da conta de Edifícios em contrapartida à variação patrimonial aumentativa (registrada pelo Spiunet). Desta forma atingiu-se o objetivo de evidenciar o valor da reavaliação em conta contábil específica de “Reserva de Reavaliação” classificada no Patrimônio Líquido.

12.321.01.02 - Imóveis Registrados no SpiuNet					
IM	RIP	Fórum Eleitoral	31/12/2021	Reavaliação	31/12/2020
IM0000175	5453000085000	Pinhais	2.836.245,72	0,00	2.836.245,72
IM0000266	7419000195000	Andira - Parana	1.006.624,20	22.695,79	983.928,41
IM0000187	7427000155000	Arapongas	1.569.543,35	132.670,78	1.436.872,57
IM0000171	7471000125000	Cambé	1.496.591,72	268.348,61	1.228.243,11
IM0000222	7477000075002	Campina Grande Do Sul	997.901,56	157.884,75	840.016,81
IM0000137	7483000465000	Campo Mourao - Pr	1.495.217,28	0,00	1.495.217,28
IM0000182	7495000485004	Castro	1.425.933,90	254.613,75	1.171.320,15
IM0000154	7505000265005	Cianorte - Pr	1.746.981,22	175.242,45	1.571.738,77
IM0000133	7513000255000	Colombo	978.737,52	151.172,24	827.565,28
IM0000309	7527000065007	Coronel Vivida	932.388,49	54.912,96	877.475,53
IM0000219	7529000075009	Cruzeiro Do Oeste	1.322.775,97	0,00	1.322.775,97
IM0000052	7535002165000	Curitiba/Joao Parolin, 224	88.465.610,24	37.073.661,95	51.391.948,29
IM0000052	7535008525008	Curitiba/Joao Parolin, 55	49.331.392,19	42.649.204,85	6.682.187,34
IM0000130	7563008755009	Foz Do Iguacu - Pr	6.195.846,83	5.274.847,28	920.999,55
IM0000135	7565000605004	Francisco Beltrao	2.611.163,74	0,00	2.611.163,74
IM0000226	7569000105004	Goioere	712.454,13	0,00	712.454,13
IM0000204	7633000095004	Jaguariaiva	766.369,52	0,00	766.369,52
IM0000261	7677000085000	Mandaguari - Parana	914.952,23	260.579,56	654.372,67
IM0000158	7701000225003	Medianeira	895.791,02	59.076,38	836.714,64
IM0000231	7721000135009	Nova Esperança	575.067,33	63.188,06	511.879,27
IM0000268	7733000355002	Palmas - Parana	602.136,09	602.136,09	0,00
IM0000141	7745001955007	Paranaguá	1.409.463,96	193.254,91	1.216.209,05
IM0000220	7821000045006	Rio Branco Do Sul	483.344,75	0,00	483.344,75
IM0000258	7825000155009	Rolandia	584.362,42	0,00	584.362,42
IM0000139	7859000135002	Santo Antonio Da Platina	2.192.054,42	227.376,27	1.964.678,15
IM0000162	7885005265000	São Jose Dos Pinhais	2.688.000,96	1.970.666,74	717.334,22
IM0000269	7889000165000	São Miguel Do Iguacu - Pr	160.000,00	160.000,00	0,00
IM0000305	7907000035001	Siqueira Campos	795.826,10	85.380,75	710.445,35
IM0000136	7935000185009	Umuarama	1.365.153,53	0,00	1.365.153,53
IM0000136	7935000415004	Umuarama	473.000,00	0,00	473.000,00
IM0000256	8461000125009	Sarandi No Parana	1.475.935,54	143.770,72	1.332.164,82
IM0000160	9983000025002	Fazenda Rio Grande	1.189.247,67	0,00	1.189.247,67
Total Imóveis registrados no Spiunet			179.696.113,60	89.980.684,89	89.715.428,71

Fonte: Tesouro Gerencial/Siafi

Resta estabelecer se o controle da reserva de reavaliação deverá ocorrer pela inscrição genérica do imóvel ou pelo RIP (número atribuído pelo Spiunet). A STN será acionada pela setorial contábil do TSE para tratar deste assunto e o conta corrente ajustado no decorrer de 2022 caso haja necessidade.



Do agrupamento de valores:

Em que pese os valores totais do Siafi constantes no grupo de “Bens Imóveis Cadastrados no Spiunet” serem compatíveis com os valores totais registrados no sistema Spiunet, há desencontro de informação na medida em que o Siafi, por motivo ainda desconhecido, agrupa valores de edificações e terrenos dos Fóruns Eleitorais na mesma conta contábil e conta corrente “RIP”. Estudo efetuado pela Setorial Contábil do TRE-PR concluiu que o desmembramento dos valores deve ocorrer única e exclusivamente a partir do sistema Spiunet tendo em vista a exclusividade de movimentação de lançamentos, por parte da SPU, nas contas contábeis que se destinam ao controle dos imóveis pelo Registro Imobiliário Patrimonial – RIP.

Todavia é de suma importância esclarecer que esse agrupamento dos valores das edificações e dos terrenos não interfere, em momento algum, na leitura das informações pelo usuário da informação, isto pois estes bens estão apresentados em um único grupo de contas no Balanço Patrimonial. No que tange à depreciação também não há implicações vez que o cálculo tem como base os dados imputados no Spiunet onde os bens estão devidamente segregados.

06.1.2) Terrenos:

12.321.01.03 - Terrenos Registrados no SpiuNet					
IM	RIP	Fórum Eleitoral	31/12/2021	Incorporação	31/12/2020
IM0000052	7535007715008	Curitiba, 24 - Centro Logístico	8.723.955,03	0,00	8.723.955,03
IM0000052	7535007715008	Curitiba - Francisco Nunes	2.951.812,01	2.951.812,01	0,00
IM0000127	7691001595008	Maringá	2.222.896,04	2.222.896,04	0,00
Total Terrenos registrados no Spiunet			13.898.663,08	5.174.708,05	8.723.955,03

Fonte: Tesouro Gerencial/Siafi

O aumento de 59,23% indicado na conta de Terrenos ocorreu em função de incorporação, efetuada pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU após análise de documentação, de um terreno da sede de Curitiba e de terreno do Fórum Eleitoral de Maringá.

Com relação ao do terreno de Maringá cabe relatar que a SPU procedeu à incorporação do valor de R\$ 2.222.896,04 no dia 21/12/2021, data em período de recesso do judiciário e às vésperas do encerramento do exercício de 2021. Essa ação inesperada e intempestiva da SPU, impossibilitou que a Coordenadoria de Material e Patrimônio expedisse Ofício para a Prefeitura de Maringá solicitando a re-ratificação do contido em documento anterior, onde a Secretaria Municipal de Fazenda de Maringá informou que o valor venal base de cálculo do ITBI consistia em R\$ 6.834.753,15. À vista disso e por consequência, a Setorial Contábil do TRE-PR não teve à disposição, tão pouco em tempo hábil, documentos fidedignos para respaldar a baixa contábil na conta de Edifícios – sem registros no Spiunet (06.2).

06.1.3) Depreciação:

A depreciação dos bens imóveis registrados no SpiuNet é calculada mensalmente pela Secretaria do Patrimônio da União conforme Portaria Conjunta SPU/STN nº 703, de 10/12/14. O registro contábil no Siafi é efetuado pela Coordenadoria de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional – CCONT/STN com base em planilha de valores disponibilizada pela SPU. Os valores são lançados em conta redutora de ativo com contrapartida em variação patrimonial diminutiva. O total lançado no ano de 2021 foi de R\$ 43.027,10.



Para detalhamento dos Fóruns Eleitorais cadastrados no Spiunet poderá ser acessado o link: [Patrimônio Imobiliário — Tribunal Regional Eleitoral do Paraná](#)

Ações para 2022 voltadas aos Imóveis registrados no SpiuNet:

- Verificação de como deverão ser controlados os valores na conta de “Reserva de Reavaliação”: se de forma individual ou global;
- Acompanhamento das atualizações do Manual do Spiunet a fim de identificar uma possível atualização nos parâmetros do registro contábil no Siafi dos valores atribuídos como de reavaliação de imóveis e/ou terrenos;
- Acompanhamento de eventuais procedimentos relacionados à desvinculação dos valores de edifícios e terrenos no Siafi;
- Acompanhamento dos procedimentos resultantes da expedição de Ofício para a Prefeitura de Maringá solicitando o valor atualizado da base de cálculo do ITBI.

06.2) Bens Imóveis de Uso Especial Não Registrados no SpiuNet:

Referem-se aos valores das construções dos Fóruns Eleitorais do Paraná cujas obras estão encerradas e necessitam de análise da documentação enviada para a SPU por parte da equipe técnica.

Bens Imóveis de Uso Especial Não Registrados no SpiuNet				
Ano	31.12.2021	31.12.2020	AV	AH
Edifícios	72.692.242,58	101.813.790,88	60,34%	-28,60%
Terrenos	47.274.282,95	46.389.529,80	39,24%	1,91%
Obras em andamento	87.596,55	6.800,00	0,07%	1188,18%
Instalações	415.005,71	457.764,71	0,34%	-9,34%
Total	120.469.127,79	148.667.885,39	100,00%	

Fonte: Tesouro Gerencial/Siafi

No ano de 2021 houve implantação de procedimento originário de reuniões realizadas entre os setores de patrimônio, contabilidade e auditoria onde se definiu que a Coordenadoria de Materiais e Patrimônio encaminhará informações adicionais, sempre que realizar atualizações no Spiunet que promovam a alteração do valor no sistema tais como metragem adicionada entre outros elementos, que possam subsidiar a análise para os devidos ajustes contábeis. Numa primeira etapa foram encaminhados os processos relativos aos Fóruns de Curitiba, Foz do Iguaçu, São José dos Pinhais e Sede cuja documentação resultou na baixa dos valores demonstrados abaixo.

Também foram baixados os valores relativos a instalação dos equipamentos de segurança nas alturas, as “linhas de vida”.



Imóveis Não Registrados no Spiunet				
Movimentação	Edifícios	Terrenos	Obras em Andamento	Estudos e Projetos
Saldo 31/12/2020	101.813.790,88	46.389.529,80	-	6.800,00
Linha de vida instalada Fóruns Interior	2.266.194,75			
Linha de vida baixada RIP-Spiunet	-529.391,90			
Baixas por registro SpiuNet - Curitiba	-16.128.503,43	-1.750.000,00		
Baixas por registro SpiuNet - Foz Iguaçu	-1.186.653,87			
Baixas por registro SpiuNet - São José Pinhais	-907.044,74			
Baixas por registro SpiuNet - Sede Curitiba	-12.636.149,11	-4.200.000,00		
Terreno Maringá - óficio Prefeitura		6.834.753,15		
Passarela DG - Seseg			6.800,00	-6.800,00
Passarela DG - Seseg			80.796,55	
Saldo em 31/12/2021	72.692.242,58	47.274.282,95	87.596,55	0,00

Fonte: Tesouro Gerencial/Siafi

Todos os valores foram baixados em contrapartida à conta contábil de Ajustes de Exercícios Anteriores conforme demonstra a nota 15.

Nota 07 – Intangível

São os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. Destacam-se por ser um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade, gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, conforme preconiza o Mcasp 8ª Edição. No TRE-PR 100% dos bens intangíveis representam aquisições de softwares.

Conta Contábil	Movimentação			
	31/12/2021	Saídas	Entradas	31/12/2020
124110101 Softwares Vida útil indefinida	3.832.795,46	0,00	0,01	3.832.795,45
124110201 Softwares Vida útil definida	2.143.678,30	417.094,84	446.382,84	2.114.390,30
Total bruto	5.976.473,76	417.094,84	446.382,85	5.947.185,75
124810100 Amortização acumulada	-3.021.705,17	494.574,97	0,00	-2.527.130,20
Total Líquido	2.954.768,59	911.669,81	446.382,85	3.420.055,55

Fonte: Tesouro Gerencial/Siafi

Os softwares são apropriados pela Seção de Gestão do Patrimônio, ao custo de aquisição, no sistema AsiWeb desde o ano de 2020 em decorrência da Orientação SOF/TSE Nº 12/2019. A gestão e controle efetivo destes bens são de responsabilidade da Secretaria da Tecnologia da Informação.

A vida útil dos bens intangíveis é determinada pelo gestor da contratação o qual detém o conhecimento técnico para afirmar por qual período o software será utilizado e gerenciado de forma eficaz pela administração. O percentual de amortização é determinado a partir da vida útil econômica definida pelo gestor. O cálculo efetivo da amortização é realizado pelo sistema Asiweb, sob forma de cotas constantes, e registrado no Siafi Web pela Seção de Gestão do Patrimônio.

Mensalmente a Setorial Contábil do TRE-PR, realiza o confronto de saldos do Relatório de Movimentação de Bens – RMB (expedido pela Seção de Gestão Patrimonial), com os saldos das contas contábeis do SIAFI. Tal procedimento garante a confiabilidade e abrangência dos saldos considerando que eventuais inconsistências são regularizadas antes do fechamento mensal no sistema SIAFI.

7.1.2. Passivo

Obrigações presentes, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos.



Nota 08 - Obrigações trabalhistas a pagar - curto prazo

Compreende as obrigações referentes a salários, bem como benefícios que o servidor tenha direito, aposentadorias, pensões e encargos a pagar com vencimento no curto prazo.

Obrigações a Pagar		31.12.2021	31.12.2020	AV	AH
Ano					
Pessoal a pagar (ISF P)		1.159.482,86	2.206.631,84	5,70%	-47,45%
Férias a Pagar		19.197.939,57	17.467.712,26	94,30%	9,91%
Encargos Sociais a Pagar		242,41	242,41	0,00%	
Total Líquido		20.357.664,84	19.674.586,51	100,00%	

Fonte: Tesouro Gerencial/Siafi

Os valores registrados como “pessoal a pagar (ISF P)” referem-se a licença prêmio dos servidores que já cumpriram os requisitos para aposentadoria as quais poderão ser convertidas em pecúnia e saldo remanescente de banco de horas de períodos eleitorais de anos anteriores.

08.1) Férias a Pagar: Os registros contábeis são efetuados mensalmente na Coordenadoria de Finanças e Contabilidade em conformidade com o estabelecido pela Macrofunção 02.11.42 – Folha de Pagamento e Orientação Cofic/Sof/TSE nº 10/18 através das informações constantes no relatório do Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos – SGRH, emitido pela Seção de Folha de Pagamento.

O saldo contempla o valor de uma remuneração acrescida de 1/3 de abono constitucional de todos os servidores que:

- a) não usufruíram férias de períodos aquisitivos completos;
- b) receberam o 1/3 constitucional de períodos aquisitivos completos mas não usufruíram todos os dias de férias a que tem direito;
- c) não usufruíram férias de períodos aquisitivos incompletos (Lei 8112/90);
- d) receberam o 1/3 constitucional de períodos aquisitivos incompletos (Lei 8112/90) mas não usufruíram todos os dias de férias a que tem direito.

Por meio de procedimentos específicos da Seção de Auditoria e Governança – Saudg, foram efetuadas análises pormenorizadas no banco de dados relativos às férias dos servidores. Da análise resultou a necessidade de revisão dos algoritmos do sistema SGRH pelo TSE. Após as correções por parte do TSE a Saudg concluiu que o saldo de “Férias a Pagar” em novembro/2021 totalizava R\$ 21.333.479,00. À época houve ajuste contábil acrescendo o saldo em de R\$ 1.916.261,51 para equipar-se ao montante encontrado pela auditoria.

Nota 09 – Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende valores de terceiros em função de glosas e notas fiscais entre outros.

Demais Obrigações a curto prazo		31.12.2021	31.12.2020	AV	AH
Ano					
Depósitos retidos de fornecedores		128.406,91	115.771,03	100,00%	10,91%
Depósito por devolução de valores		-	8.046,62	0,00%	
Total Líquido		128.406,91	123.817,65	100,00%	

Fonte: Tesouro Gerencial/Siafi

Os depósitos retidos de fornecedores referem-se a glosas de notas fiscais em função de inadimplemento contratual seja pela falta de serviços ou entrega de materiais. Os valores foram inscritos em Restos a Pagar Processados e serão liberados após indicação dos gestores dos contratos.



Já os depósitos por devolução de valores referem-se a inconsistências de dados bancários de servidores os quais foram sanados em 2022.

Nota 10 – Demais Obrigações de Longo Prazo

O valor de R\$ 9.244,22 refere-se a cauções oferecidas em garantia de dois contratos: Restaurante Família Tomé e Taxcon HR Ltda pela assessoria técnica nas planilhas de formação de preços para licitação.

7.1.3. Patrimônio Líquido

A situação patrimonial líquida é a diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida no Balanço Patrimonial como patrimônio líquido. Integram o patrimônio líquido: reserva de reavaliação, resultados acumulados, resultado do período e ajustes de exercícios anteriores.

No patrimônio líquido, deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores. O resultado patrimonial do período é a diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, apurada na Demonstração das Variações Patrimoniais, que evidencia o desempenho das entidades do setor público.

Patrimônio Líquido				
Ano	2021	2020	AH	AH
Reserva de Reavaliação	89.718.793,70	0,00	25,75%	
Resultado do Exercício	12.531.347,76	13.347.643,11	3,60%	-6,12%
Resultados de Exercícios Anteriores	271.434.004,82	220.894.181,44	77,91%	22,88%
Ajustes de Exercícios Anteriores	-25.294.074,19	37.192.180,27	-7,26%	-168,01%
Total do Patrimônio Líquido	348.390.072,09	271.434.004,82	100,00%	

Fonte: Tesouro Gerencial/Siafi

Nota 11 – Demais Reservas – Reserva de Reavaliação

Determina o Mcasp 8ª Edição que a partir do ano de 2021 se o valor contábil da classe do ativo aumentar em virtude de reavaliação, esse aumento, deve ser evidenciado diretamente no Balanço Patrimonial onde será debitado em conta de Ativo e creditado em conta de Reserva de Reavaliação (Patrimônio Líquido) não sendo mais admitido o reconhecimento diretamente no resultado do exercício.

Durante o ano de 2021 houve reavaliação dos seguintes Fóruns Eleitorais:



IM	Fórum Eleitoral	Movimentação			
		31/12/2021	Saídas	Entradas	31/12/2020
IM0000266	Andira - Parana	22.695,79		22.695,79	-
IM0000187	Arapongas	132.670,78		132.670,78	-
IM0000171	Cambé	268.348,61		268.348,61	-
IM0000222	Campina Grande Do Sul	157.884,75		157.884,75	-
IM0000182	Castro	254.613,75		254.613,75	-
IM0000154	Cianorte - Pr	175.242,45		175.242,45	-
IM0000133	Colombo	151.172,24		151.172,24	-
IM0000309	Coronel Vivida	54.912,96		54.912,96	-
IM0000052	Curitiba/Joao Parolin, 224	37.073.661,95		37.073.661,95	-
IM0000052	Curitiba/Joao Parolin, 55	42.649.204,85		42.649.204,85	-
IM0000130	Foz Do Iguacu - Pr	5.274.847,28		5.274.847,28	-
IM0000261	Mandaguari - Parana	260.579,56		260.579,56	-
IM0000158	Medianeira	59.076,38		59.076,38	-
IM0000231	Nova Esperança	63.188,06		63.188,06	-
IM0000268	Palmas - Parana	602.136,09		602.136,09	-
IM0000141	Paranaguá	193.254,91		193.254,91	-
IM0000139	Santo Antonio Da Platina	227.376,27		227.376,27	-
IM0000162	São Jose Dos Pinhais	1.970.666,74		1.970.666,74	-
IM0000269	Sao Miguel Do Iguacu - Pr	160.000,00		160.000,00	-
IM0000305	Siqueira Campos	85.380,75		85.380,75	-
IM0000256	Sarandi No Parana	143.770,72		143.770,72	-
Total Reserva de Reavaliação		89.980.684,89	-	89.980.684,89	-

Fonte: Tesouro Gerencial/Siafi

Tais valores originam-se em procedimentos adotados pela Coordenadoria de Material e Patrimônio cujos parâmetros são imputados no sistema Spiunet e posteriormente integrados ao sistema Siafi. Todavia o sistema Spiunet não teve atualização em seus parâmetros de registros, o que ocasionou a cada imput de reavaliação registro contábil em conta de resultado. Desta forma, com vistas ao cumprimento da norma foram efetuados ajustes com transição por contas patrimoniais dadas as vinculações entre registros e inibições de utilização de contas contábeis, inerentes às peculiaridades do sistema Spiunet e do sistema Siafi. A solução técnica encontrada foi de sensibilizar a conta de Edifícios (sem registro no Spiunet - 12.321.02.02) em contrapartida à reserva de Reavaliação e em seguida proceder ao estorno da conta de Edifícios em contrapartida à variação patrimonial aumentativa. Desta forma atingiu-se o objetivo de evidenciar o valor da reavaliação em conta contábil específica de “Reserva de Reavaliação” classificada no Patrimônio Líquido.

Nota 12 – Resultado do Exercício

O resultado patrimonial do período é a diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, apurada na Demonstração das Variações Patrimoniais, que evidencia o desempenho patrimonial do TRE-PR. Desta diferença ocorreu um superávit de R\$ 12.531.347,76. Por integrar o Patrimônio Líquido não tem a prerrogativa de ser relacionado a valor disponível para pagamento e/ou quitação de obrigações sejam elas de caráter obrigatório ou contratual. Vide nota 25.

Nota 13 – Resultado de Exercícios Anteriores

Os R\$ 271.434.004,82 representam o somatório algébrico de todos os resultados de exercícios anteriores desde a criação do órgão até o ano de 2020.



Nota 14 - Ajustes de Exercícios Anteriores

Representam valores registrados no grupo do Patrimônio Líquido cujos fatos geradores ocorreram em anos anteriores ou em decorrência de mudança de critério contábil ou atendimento à convergência das normas contábeis.

Abaixo composição da movimentação, separadas por registros:

- inerentes à execução orçamentária: valores inscritos formalmente em dívida, reconhecidos como “passivo anterior”, classificados como Despesas de Exercícios Anteriores cujos valores representaram saída de recursos vez que ocorreu a emissão dos empenhos, a liquidação por documentos hábeis e pagamento efetivo.

Ajustes de Exercícios Anteriores		
Item movimentado	Diminuição	Aumento
Passivo anterior - execução orçamentária		
Pessoal	1.102.272,44	
Serviços	64.726,19	
Diárias	12.620,00	
Taxas	3.811,81	
Reajustes de contratos	9.579,81	
Ajuste de saldo por apropriação em duplicidade banco de horas 2018		893.101,64
Total de execução orçamentária	1.193.010,25	893.101,64
Item movimentado	Diminuição	Aumento
Procedimentos contábeis		
Transferência para resultados acumulados	37.192.180,27	
Incorporação Terreno Maringá - por Ofício da Prefeitura		6.834.753,15
Urnas eletrônicas - procedimentos Ofício Tribunal Superior Eleitoral		5.354.776,98
Baixa contábil valor da obra Sede Curitiba pela atualização da metragem no	12.636.149,11	
Baixa contábil valor do terreno Sede Curitiba pela atualização da metragem no	4.200.000,00	
Baixa contábil valor da obra Fórum Curitiba pela atualização da metragem no	16.128.503,43	
Baixa contábil valor do terreno do Fórum Curitiba pela atualização da metragem	1.750.000,00	
Baixa contábil valor da obra Fórum Eleitoral de São José dos Pinhais	907.044,74	
Baixa contábil valor da obra Fórum Eleitoral de Foz do Iguaçu	1.186.653,87	
Baixa contábil linhas de vida/serviços em altura Fóruns Eleitorais do interior	529.391,90	
Ajuste de saldo conforme relatório auditoria licença prêmio convertida em		442.355,56
Baixa de saldo exercício anterior planilha licença prêmio convertida em pecúnia		477.628,71
Apropriação de licença prêmio convertida em pecúnia conforme planilha SFP	765.936,93	
Total de procedimentos contábeis	75.295.860,25	13.109.514,40
Total de execução orçamentária + procedimentos contábeis	76.488.870,50	14.002.616,04
Saldo exercício anterior - 31/12/2020		37.192.180,27
Saldo do Exercício Atual - 31/12/2021		-25.294.074,19

Fonte: Tesouro Gerencial/Siafi

- Inerentes a procedimentos contábeis: referem-se a registros decorrentes da movimentação patrimonial:
 - o dos bens imóveis seja por incorporação da Secretaria do Patrimônio da União – SPU ou ajustes contábeis derivados da implementação de novos procedimentos de controle interno definidos entre as áreas do patrimônio, contabilidade e auditoria
 - o do cumprimento do Ofício-Circular GAB-DG nº 110/2021 do TSE cujo teor resultou na atualização do valor das urnas eletrônicas
 - o dos valores alusivos às licenças prêmio que poderão ser convertidas em pecúnia.

7.2. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor líquido apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) após o encerramento do exercício.



7.2.1. Variações Patrimoniais Aumentativas

Corresponde a aumentos na situação patrimonial do órgão durante o período contábil sob a forma de entrada de recursos/sub-repasses ou aumento de ativo ou diminuição de passivo, que resulte em aumento do patrimônio líquido e que não sejam provenientes aquisições de bens móveis, imóveis ou intangíveis.

Nota 15 – Transferências e Delegações Recebidas

As transferências e delegações recebidas relacionam-se aos recursos recebidos pelo TRE-PR para subsidiar toda sua atividade operacional fim. Incluem transferências de patrimônio entre os TRE's e lançamentos de cadastro da Secretaria de Patrimônio da União.

Transferências e Delegações Recebidas				
Ano	2021	2020	AV	AH
Transferências intragovernamentais	370.655.886,57	391.389.527,49	98,30%	-5,30%
Outras transferências e delegações	6.412.092,39	13.808.870,00	1,70%	-53,57%
Total	377.067.978,96	405.198.397,49	100,00%	

As transferências intragovernamentais referem-se aos recursos financeiros recebidos do Tribunal Superior Eleitoral por meio de sub-repasses. São utilizadas para pagamento das despesas com os servidores, despesas para custear contratos de prestação de serviços, aquisição de materiais de consumo, as despesas para a aquisição de bens de natureza permanente e pagamento de restos a pagar inscritos. Em suma, destinam-se à execução do orçamento das despesas correntes e despesas de capital motivo pelo qual representam 98,30% de todo recebimento ocorrido durante 2021.

Estabelecendo um cruzamento das informações, as transferências intragovernamentais estão também apresentadas no Balanço Financeiro e na Demonstração de Fluxo de Caixa por referirem-se aos ingressos orçamentários e entradas de caixa respectivamente.

As intituladas outras transferências recebidas não tem relação com a execução orçamentária e financeira. Referem-se a recebimento de bens móveis, como foi o caso das transferências de urnas eletrônicas do TRE-SP e principalmente pelo procedimento da Secretaria de Patrimônio da União ao cadastrar no sistema Spiunet terrenos e imóveis do TRE-PR.

Outras transferências recebidas	
Descrição	31.12.2021
Recebimento em transferência 650 urnas do TRE-SP	836.849,00
Adequação de registro para transferência 56 computadores TRE-AC	121.108,71
Entrada de material consumo contrato copeiragem	17.537,08
Cadastro SPU/Spiunet - Terreno Curitiba - Rua: Francisco Nunes	2.951.812,04
Cadastro SPU/Spiunet - Terreno Fórum Maringá	2.222.896,04
Cadastro SPU/Spiunet - Fórum Eleitoral de Palmas	101.889,52
Cadastro SPU/Spiunet - Fórum Eleitoral de São Miguel do Iguaçu	160.000,00
Total de outras transferências	6.412.092,39

Fonte: Tesouro Gerencial/Siafi

Estas outras transferências correlacionam-se aos eventos demonstrados no Balanço Patrimonial, especificamente nos quadros de movimentação de bens móveis para as transferências entre Tribunais – Nota 06- e nos quadros de movimentações de bens imóveis - itens 7.1.1 e 7.1.2.



Nota 16 - Valorização de Ganhos c/ ativos e desincorporação de passivos

Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos				
Ano	2021	2020	AV	AH
Reavaliação de Ativos	-	13.835.201,77	0,00%	
Ganhos com incorporação de Ativos	3.667.107,33	736.645,10	99,98%	397,81%
Ganhos com desincorporação de Passivos	678,60	697,60	0,02%	-2,72%
Total	3.667.785,93	14.572.544,47	100,00%	

Fonte: Tesouro Gerencial/Siafi

Conforme descrito anteriormente, determina o Mcasp 8^a Edição, que a partir do ano de 2021 se o valor contábil da classe do ativo aumentar em virtude de reavaliação, esse aumento, deve ser evidenciado diretamente no Balanço Patrimonial onde será debitado em conta de Ativo e creditado em conta de Reserva de Reavaliação (Patrimônio Líquido) não sendo mais admitido o reconhecimento diretamente no resultado do exercício. Sendo assim, fica evidenciado o cumprimento efetivo do referido normativo, vez que a conta de resultado de reavaliação de ativos encerrou o ano de 2021 com saldo equivalente a zero (0). A evidenciação do registro em conta de Patrimônio Líquido consta na Nota 12.

Já os ganhos com incorporação de ativos dizem respeito ao recebimento de 850 unidades de urnas eletrônicas, modelo 2020, enviadas diretamente pela empresa Positivo Tecnologia S/A. Ressalta-se que a contratação com a empresa Positivo Tecnologia S/A foi estabelecida diretamente com o Tribunal Superior Eleitoral – TSE sendo este o responsável pela liquidação dos valores de aquisição (produção e fornecimento) das novas urnas. No momento do recebimento dos bens, a Seção de Gestão do patrimônio elabora documento hábil no Siafi o qual transfere a responsabilidade de liquidação para o TSE. O formato de gestão de distribuição direta aos Tribunais, de urnas novas, é prática comumente adotada para amenizar custos de transporte e potencializar a logística da produção e distribuição.

Nota 17 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas				
Ano	2021	2020	AV	AH
Multas	2.629.706,53	2.019.800,59	68,82%	30,20%
Diversos	993.560,14	2.224.866,22	26,00%	-55,34%
Restituições	197.859,17	309.495,38	5,18%	-36,07%
Total	3.821.125,84	4.554.162,19	100,00%	

Fonte: Tesouro Gerencial/Siafi

Entre as variações patrimoniais aumentativas estão os recolhimentos advindos das multas eleitorais impostas pelo código eleitoral e leis conexas. São valores que apenas transitam pelas contas contábeis da unidade gestora do TRE-PR haja vista seu destino final ser para o Fundo Partidário.

Classificadas como “diversos” estão outros tipos de recolhimentos que da mesma forma transitaram por contas contábeis e foram automaticamente transferidos para o Tesouro Nacional. Note-se que em 2020, nesta categoria, foi registrado o resarcimento de valor relativo ao acordo de eficientização energética com a Companhia Paranaense de Energia cujo direito de crédito não ocorreu em 2021.

Tanto os valores classificados como “multas” quanto os “diversos” têm seus registros de saída/transferências evidenciados na Nota 21.

Já os valores contidos em “restituições” relacionam-se a descontos em folhas de pagamentos dos servidores recolhidos ao Tesouro Nacional por se reportarem a fatos geradores ocorridos em exercícios anteriores.

7.2.2. Variações Patrimoniais Diminutivas

Corresponde à diminuição na situação patrimonial durante o período contábil sob a forma de saída de recursos/pagamentos ou redução de ativo ou aumento de passivo os quais resultam em diminuição do patrimônio líquido.

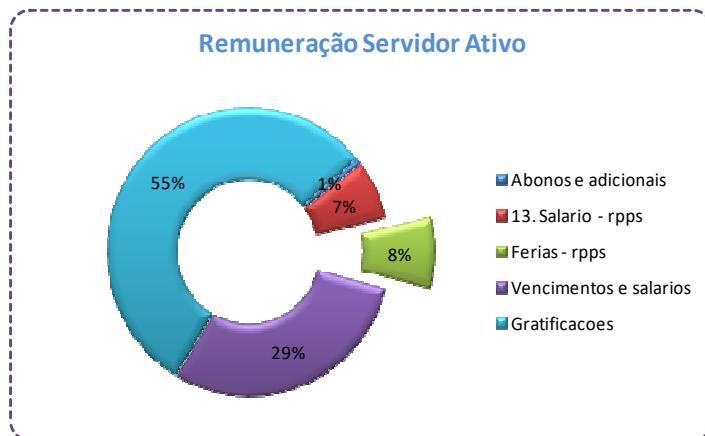
Nota 18 – Pessoal e encargos

Pessoal e encargos				
Ano	2021	2020	AV	AH
Remuneração a pessoal	216.157.311,29	229.627.496,43	80,81%	-5,87%
Encargos patronais	39.801.561,83	38.808.389,22	14,88%	2,56%
Benefícios a pessoal	11.535.520,22	11.508.430,75	4,31%	0,24%
Outros	80,00	-	0,00%	
Total	267.494.473,34	279.944.316,40	100,00%	

Fonte: Tesouro Gerencial/Siafi

A remuneração de pessoal corresponde ao somatório de vencimentos, adicionais, gratificação natalina, entre outras rubricas estabelecidas em lei, decorrentes do pagamento a servidores ativos pelo efetivo exercício do cargo.

Compondo o saldo total da remuneração a pessoal constam R\$ 17.322.066,78 decorrentes dos registros contábeis mensais em conformidade com o estabelecido pela Macrofunção 02.11.42 – Folha de Pagamento e Orientação Cofic/Sof/TSE nº 10/18. A base de dados advém de informações constantes no relatório do Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos – SGRH, emitido pela Seção de Folha de Pagamento. Tais registros referem-se às apropriações, pelo regime de competência, dos duodécimos de férias acrescidos de 1/3 de abono constitucional de janeiro a dezembro de 2021. Não representam movimentação financeira e sua contrapartida está inserida no total de “Férias a pagar”- Nota 09.



Os encargos patronais compreendem as obrigações trabalhistas de responsabilidade do TRE-PR, incidentes sobre a folha de pagamento e contribuições a entidades fechadas de previdência dos servidores vinculados ao RGPS.

Integram o total dos benefícios a pessoal os valores relativos a auxílio alimentação e auxílio transporte.

Atendendo às determinações da Resolução CNJ nº 102/2009 são divulgados no portal da Transparência deste Tribunal os padrões de vencimento/tabela de remuneração dos servidores, o detalhamento da folha de pagamento de pessoal e os valores dos cargos em comissão e funções comissionadas previstos na lei nº 13.317/2016. Os dados estão disponíveis para consulta nos links a seguir:

- Remunerações: <https://www.tre-pr.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/relatorios/resolucao-cnj-n-102-2009/resolucao-cnj-102-2009-anexo-iii-a>;
- Detalhamento da folha de pagamento:<https://www.tre-pr.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/relatorios/resolucao-cnj-n-102-2009/resolucao-cnj-102-2009-anexo-viii-out-2012> para;

- Cargos em comissões e funções: <https://www.tre-pr.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/relatorios/resolucao-cnj-n-102-2009/resolucao-cnj-102-2009-anexo-iii-b>).

Nota 19 – Benefícios previdenciários e assistenciais

Benefícios previdenciários e assistenciais				
Ano	2021	2020	AV	AH
Aposentadorias e reformas	42.538.978,17	43.051.223,41	80,06%	-1,19%
Pensões	10.460.709,11	9.848.276,42	19,69%	6,22%
Outros	136.006,75	67.238,76	0,26%	102,27%
Total	53.135.694,03	52.966.738,59	100,00%	

Fonte: Tesouro Gerencial/Siafi

A rubrica de aposentadorias corresponde ao somatório dos proventos e gratificação natalina. Seu leve declínio deu-se em razão de decisões do Tribunal de Contas da União que excluíram parcelas de proventos de alguns aposentados e aplicação da decisão do STF pelo corte constitucional.

O aumento no pagamento de pensões deu-se em razão do falecimento de servidores ativos e aposentados, bem como de reajuste anual concedido de acordo com os índices do Regime Geral.

O aumento de 102,97% na rubrica “outros” está diretamente associado ao falecimento de servidores vez que R\$ 120.844,00 referem-se a pagamento de auxílio funeral.

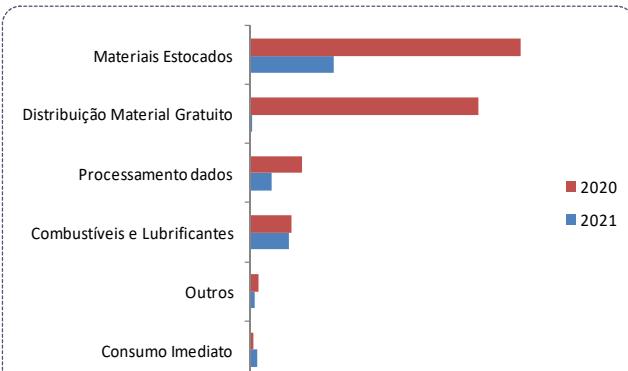
Nota 20 – Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo

Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo				
Ano	2021	2020	AV	AH
Uso de material de consumo	1.339.710,90	5.226.695,58	2,89%	-74,37%
Serviços	36.917.037,03	53.000.251,05	79,60%	-30,35%
Depreciação e amortização	8.121.254,73	11.692.898,78	17,51%	-30,55%
Total	46.378.002,66	69.919.845,41	100,00%	

Fonte: Tesouro Gerencial/Siafi

O decréscimo na utilização de materiais de consumo ocorreu por conta de 2021 não ser ano eleitoral e implantação do trabalho remoto.

Todos os serviços prestados dão o suporte necessário para a manutenção e continuidade da principal finalidade da Justiça Eleitoral que é organizar e



realizar eleições. Dentro disto os serviços de apoio administrativo e os serviços técnicos profissionais permanecem como os maiores demandantes em execução orçamentária.

O montante de R\$ 4.808.860,00 no ano de 2020 refere-se ao valor pago de auxílio alimentação a mesários, policiais e equipe de colaboradores nos

Fóruns Eleitorais e locais de votação nos dias em que ocorreram as eleições municipais.



Nota 21 – Transferências e delegações concedidas

O total de R\$ 4.663.385,00 não caracterizam-se como saídas de recursos, pois representam o envio ao Fundo Partidário dos valores arrecadados advindos das multas impostas pelo código eleitoral e leis conexas como também outros recolhimentos efetuados ao Tesouro Nacional por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU (Vide nota 16).

Nota 22 – Desvalorização e perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos				
Ano	2021	2020	AV	AH
Redução Valor Recuperável Ajuste		560.000,00		
Perdas Involuntárias	116.062,62	42.011,48	100,00%	176,26%
Desincorporação de Ativos	-	1.680.746,95		
Total	116.062,62	1.722.758,43	100,00%	

Fonte: Tesouro Gerencial/Siafi

A movimentação na conta de perdas involuntárias relaciona-se em R\$ 106.485,00, ao sinistro ocorrido com o veículo Van Renault Master – Placa QNR 6050 cujos procedimentos administrativos, orçamentários, financeiros e contábeis estão respaldados pelo Processo Administrativo Digital nº 12376/2021 com a devida ciência do ordenador de despesa.

Nota 23 – Tributárias

Tributárias				
Ano	2021	2020	AV	AH
Taxas e Contribuições de Melhoria	12.803,48	7.701,08	16,45%	66,26%
Contribuições	65.014,83	69.553,10	83,55%	-6,52%
Total	77.818,31	77.254,18	100,00%	

Fonte: Tesouro Gerencial/Siafi

Os valores movimentados nestas rubricas dizem respeito aos recolhimentos de taxas em função da utilização efetiva ou potencial dos serviços públicos específicos e divisíveis prestado ao órgão ou colocado a sua disposição como o caso da taxa de coleta de lixo. Também se referem aos recolhimentos das contribuições para o custeio da iluminação pública.

Destaca-se que tais espécies de tributos não estão abrangidas pela imunidade tributária recíproca dos entes públicos respaldada pelo Art, 150, VI da Constituição Federal de 1988.

Nota 24 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas				
Ano	2021	2020	AV	AH
Diversas Variações Patrimoniais	165.748,69	321.544,56	100,00%	-48,45%
Total	165.748,69	321.544,56	100,00%	

Fonte: Tesouro Gerencial/Siafi

Do total, R\$ 107.766,92 associam-se a ressarcimento aos servidores e seus dependentes de diferenças/sobras orçamentárias decorrente do contrato de plano de saúde com a Unimed Paraná. Os demais R\$ 57.981,77 referem-se a indenizações de transporte aos servidores de Zonas Eleitorais do interior do Paraná.



Nota 25 – Resultado Patrimonial do período

Resultado do exercício		
Ano	31.12.2021	31.12.2020
Variações patrimoniais aumentativas	384.564.295,36	424.331.897,32
Variações patrimoniais diminutivas	372.032.947,60	410.984.254,21
Total Líquido	12.531.347,76	13.347.643,11

Fonte: Tesouro Gerencial/Siafi

O resultado patrimonial do período é decorrente da diferença entre os totais das Variações Patrimoniais Aumentativas e as Variações Patrimoniais Diminutivas.

Evidencia o montante líquido das movimentações do patrimônio do órgão ocorridas no ano de 2021, relacionadas com a execução orçamentária em si como também com os fatos modificativos independentes de execução orçamentária em especial àqueles oriundos do cumprimento da realização das despesas pelo regime de competência. Exemplos de fatos modificativos independentes da execução orçamentária que fomentam a composição do resultado do exercício são, entre outros:

- Aumentativas: incorporações efetuadas pela Secretaria de Patrimônio da União, recebimento de bens vindos em transferência de outros TRE's, recebimento das urnas eletrônicas modelo 2020 as quais foram pagas pelo TSE;
- Diminutivas: apropriação de férias, apropriação da depreciação, envio de bens a outros TRE's, doações diversas.

Este valor integra o Balanço Patrimonial, no grupo do Patrimônio Líquido, e não tem a prerrogativa de ser relacionado a valor disponível para pagamento e/ou quitação de obrigações sejam elas de caráter obrigatório ou contratual.

8. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Bens Imóveis

Os valores dos terrenos poderão sofrer alteração no momento em que a Secretaria do Patrimônio da União promover o cadastramento dos imóveis no sistema SipuNet. Não há estimativa de valor em decorrência da impossibilidade de prever o momento certo, em que a SPU efetuará os registros em seu sistema.

Usina fotovoltaica de Paranavaí

Durante o ano de 2021 foram lançados em conta de ativo 11.381.49.00 - Créditos de energia a compensar no montante de R\$ 1.273.396,86. Estes registros faziam parte do roteiro de lançamentos que deveriam ser efetuados para apresentar de forma objetiva as economias e retorno de investimento da Usina Fotovoltaica de Paranavaí. Entre os anos de 2019 e 2020 a STN implantou no Siafi formas de contabilização as quais partiram de solicitação efetuada por essa Setorial Contábil tendo como mediador a Setorial Contábil do TSE. Entretanto, por se tratar de critério de registro contábil contemporâneo, não houve um direcionamento para contas adequadas, tão pouco, retorno do crédito de energia para o empenho da concessionária - Copel. O contato e acompanhamento deste assunto com a Setorial Contábil do TSE, data do o ano de 2018 e assim se manterá até que a melhor solução, para o TRE-PR, seja apresentada e instruída pela STN.

